

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
HISTÓRIA - LICENCIATURA

DYANDRA LIMA DE FARIAS

**SCENAS DA ESCRAVIDÃO NA VILA DE ASSEMBLEIA: UMA REVISÃO
HISTORIOGRÁFICA - 1874-1888**

MACEIÓ

2024

DYANDRA LIMA DE FARIAS

**SCENAS DA ESCRAVIDÃO NA VILA DE ASSEMBLEIA: UMA REVISÃO
HISTORIOGRÁFICA - 1874-1888**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Graduada em História.

Orientador: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva

Maceió

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

F224s Farias, Dyandra Lima de:
 Scenas da escravidão na Vila de Assembleia : uma revisão historiográfica
 - 1874-1888 / Dyandra Lima de Farias. – 2024.
 51 f.: il. color.

 Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura)
 – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
 Comunicação e Artes. Maceió, 2024.

 Bibliografia: f. 49-51.

 1. História de Alagoas. 2. Escravidão – Alagoas. 3. Engenho. I. Título.

CDU: 981.35



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA**

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **SCENAS DA ESCRAVIDÃO NA VILA DE ASSEMBLEIA: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA - 1874-1888**, elaborado por **DYANDRA LIMA DE FARIAS** e aprovado por todos/as os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do título de Bacharelado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **GIAN CARLO DE MELO SILVA**
Data: 03/04/2024 17:24:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.(a) _____
Orientador: Gian Carlo de Melo Silva

Documento assinado digitalmente
 **RAQUEL DE FATIMA PARMEGIANI**
Data: 04/04/2024 13:46:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.(a) _____
1º Examinador: Raquel de Fátima Parmegiani

Documento assinado digitalmente
 **TARCYELMA MARIA DE LIRA SILVA**
Data: 04/04/2024 11:05:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.(a) _____
2º Examinador: Tarcyelma Maria de Lira Silva

Maceió, Alagoas
01/04/2024

AGRADECIMENTOS

Como graduanda do curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, não foram poucos os percalços ao longo de toda a formação. Entre as extensas viagens feitas diariamente entre Viçosa e Maceió nos primeiros anos de estudos, o cansativo exercício de conciliar dois cursos e manejar as demandas que eram impostas, foi-se construindo aos poucos uma nova versão de mim. No decorrer dos ciclos na UFAL, tive o privilégio de participar dos mais variados eventos, programas e espaços curriculares ofertados, dentre eles a Residência Pedagógica e Iniciação Científica. Poder fazer parte desses processos de construção da educação e conhecimento, além de um privilégio, foi também extremamente enriquecedor como historiadora, pesquisadora, professora e pessoa. Contudo, todo esse caminho não teria sido possível sem pessoas muito especiais.

Em primeiro lugar, agradeço minha avó, Maria de Fátima. Uma mulher de fibra e simplicidade, que me ensinou todos os valores que carrego comigo, dentre eles o poder dos estudos. Agradeço por seu incentivo, suas palavras de conforto, e seu amor que foram fundamentais para que desse continuidade a minha pesquisa e meu crescimento. A minha mãe Anne Rose, meus irmãos Emilly e Davy o meu sincero agradecimento também.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a figuras que foram fundamentais em minha formação e para que esse projeto tomasse vida. Ao professor e orientador Gian Carlo, que foi essencial no meu processo de formação e para essa pesquisa. Foi através de sua disciplina de Brasil Império que me encantei pela rica história do nosso país, de tal forma que migrei de campo de pesquisa. Obrigada por seus conhecimentos e orientações. A Quel Lira minha profunda gratidão, não apenas pelas lições e aprendizados, mas também pela amizade e paciência. Foi através de Quel que essa pesquisa ganhou pernas, braços e fôlego. Ao iniciar os estágios no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, pude ter contato mais íntimo com a História de Alagoas, e foi através de sua paixão por ela que pude voltar meus olhos para esse novo mundo.

Em terceiro lugar, agradeço aqueles que estiveram ao meu lado em constante suporte e que me ajudaram ao longo desses anos como graduanda. Aos meus amigos, mas em especial Crisley, Kailee e Israel, que compunham nosso quarteto e se fizeram presentes não apenas nos momentos bons, mas também foram conforto em meio a crises de ansiedade, acreditando em mim e em meu trabalho. A Henrique, funcionário da coordenação do curso de História pela

paciência e disponibilidade para resolver as várias pendências ao longo dos anos. Aos funcionários do IHGAL, Fabiana e Júnior, pelo acolhimento, ensinamentos e boas risadas.

Por fim, agradeço também a outras figuras que foram importantes em minha jornada de graduação. A professora Raquel Parmegiani, antiga orientadora e a primeira docente que acreditou em meu potencial. Obrigada por ter me tomado como orientanda. O projeto de Iniciação Científica foi extremamente importante em minha formação teórica e como pesquisadora. Além disso, meu carinho a todos os professores que compõem o quadro docente do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.

RESUMO

Esse trabalho é uma revisão historiográfica dedicada a discutir sobre a escravidão na província de Alagoas na segunda metade do século XIX, tendo como foco central a antiga vila de Assembleia. A partir dos diversos debates e fontes presentes no texto, buscamos rebater uma narrativa que a décadas vem sendo perpetuada na história escrita sobre o atual município de Viçosa: a de que a escravidão não havia sido violenta naquelas terras. Para isso, nos valem do uso dos jornais *Gutenberg* e *O Orbe* como fonte de análise. Através dele visamos enfatizar que – ao contrário do que a elite intelectual afirmou a muito tempo – a escravidão em terras viçosenses continha mecanismos violentos de repressão e controle.

Palavras-chave: Escravidão; Alagoas-Brasil; Século XIX.

ABSTRACT

This work is a historiographical review dedicated to discussing slavery in the province of Alagoas in the second half of the 19th century, with the ancient village of Assembleia as its central focus. Based on the various debates and sources present in the text, we seek to refute a narrative that has been perpetuated for decades in the history written about the current municipality of Viçosa: that slavery had not been violent in those lands. To do this, we used the newspapers *Gutenberg* and *O Orbe* as a source of analysis. Through it we aim to emphasize that – contrary to what the intellectual elite stated for a long time – slavery in Viçosa contained violent mechanisms of repression and control.

Keywords: Slavery; Alagoas-Brazil; XIX century.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro síntese da população escravizada em alagoas no censo de 1872.....	18
Tabela 2 - Quadro síntese da população escravizada em alagoas no censo de 1872.....	31
Tabela 3 - Lista de engenhos que produziam açúcar em assembleia no ano de 1880.....	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capitâneas Do Norte do Brasil (Século XVII-XVIII).....	14
Figura 2 – Quebra de Correntes.....	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	10
2. OS ENGENHOS E O INÍCIO DE SUA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....	10
2.1 OS ENGENHOS NAS ALAGOAS	13
CAPÍTULO II	19
3. ESCRAVIDÃO	19
3.1 A ESCRAVIDÃO EM UMA PERSPECTIVA ATLÂNTICA.....	22
3.2 CRIMES E CASTIGOS	26
CAPÍTULO III	30
4. OS ENGENHOS E ESCRAVIDÃO EM VIÇOSA.....	30
4.1 O CASO DO CORONEL FIRMINO MAIA E OS MAUS TRATOS NO JORNAL..	36
4.2 OS MAUS TRATOS NO ENGENHO BOA ESPERANÇA	39
5. CONCLUSÃO.....	43
6. REFERÊNCIAS:	44

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi pensado e desenvolvido a partir de fontes encontradas nos jornais *Gutenberg* e *O Orbe*, da segunda metade do século XIX, em sua maioria produzidos na Província de Alagoas. Nele, objetivamos discutir e estudar a escravidão no município de Viçosa, antiga Vila de Assembleia, nos anos de 1870, última década antes da abolição.

O interesse pela temática surgiu em 2021, enquanto estagiava no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas- IHGAL. Tendo como supervisora a Me. Quel Lira, uma apaixonada por História do Brasil, especificamente as que envolvem Alagoas, meus olhos voltaram-se para as fontes guardadas entre aquelas paredes e histórias que poderiam ser trabalhadas. Coincidentemente, foi também o período que cursava a disciplina de História de Alagoas III. Foi então que tendo contato com a obra *Viçosa das Alagoas*, de Alfredo Brandão, que escreveu sobre o município em suas diversas facetas e áreas, nos deparamos com informações acerca da vida e cotidiano nos engenhos da então Assembleia, indicando fatos acerca da escravidão que não iam de acordo com a realidade da época.

Os negros, porém, eram em número reduzido, de modo que para o plantio da cana o escravo constituía apenas um auxiliar.

O 13 de maio foi uma surpresa para o senhor de engenho, que julgou o tal ato um atentado a sua propriedade, um roubo feito a nação pelo governo. As ideias abolicionistas ainda não tinham entrado na Viçosa, mas, faça-se justiça, os seus engenhos jamais haviam presenciado as cenas vandálicas da escravidão, tão comuns em outros lugares. As novenas de açoite, os bancos e as gargalheiras não medraram em minha terra. Se o negro tinha castigo era apenas como uma reprimenda as suas mafeitorias, mas nunca esse castigo ultrapassava os sentimentos de humanidade.

A dor do escravo era mais devida a privação da liberdade do que aos maus tratos corporais. (Brandão, 2005, p.220)

Com isso fiquei intrigada, por que a Vila de Assembleia teria esse diferencial? considerando que lá havia engenhos e que a mão de obra era escravizada. Segundo o Moacir Sant'Ana (1970), a vila passou de 4 engenhos em 1849, para 32 em 1859, um aumento significativo de 700% em apenas uma década, números que continuaram crescendo ao longo dos anos. Outros dados interessantes puderam ser vistos no recenseamento feito no ano de 1872. Nessa época já se contabilizavam mais de 22 mil habitantes em Assembleia, destes sendo 1113 escravizados. Por muito tempo, Assembleia foi uma localidade conhecida como produtora de algodão, mas que tinha como carro chefe um grande cultivo de cana e do açúcar, fato que Manuel Diégues Júnior descreve em *Banguê das Alagoas*. Esses eventos, encontros e dúvidas

acerca da escravidão em meu município de origem acabaram fazendo com que desse início a uma nova pesquisa, a qual terão acesso nas próximas páginas.

No primeiro capítulo trataremos dos engenhos e seu papel na economia imperial. Nele damos destaque aos processos que historicamente fizeram com que esses grandes empreendimentos estivessem em constante flutuação entre crescimento e declínio. Também mostraremos o processo de expansão das fábricas de açúcar em Alagoas e seu papel na construção da identidade social, cultural e econômica da localidade. Mais à frente, veremos como elas foram desenvolvidas na vila de Assembleia, atualmente município de Viçosa. Para isso, tivemos como base autores consagrados na historiografia alagoana, como Manuel Diégues Júnior, Moacir Sant’Ana e o viçosense Alfredo Brandão.

No segundo capítulo iremos discutir a escravidão no Brasil, trazendo os debates sobre esse processo em Alagoas. Nele buscaremos debater acerca desse sistema de capitalização dos engenhos a partir do tráfico humano, as diferenças da escravidão africana e a europeia, e como ela operou na então província, usando historiadores como Joseph C. Miller, Angela Alonso e Roquinaldo Ferreira, Hebert Klein e Katia Mattoso. Nele abordaremos alguns aspectos ligados a escravidão, como os crimes como forma de resistência dos escravizados, e os castigos comumente aplicados.

No terceiro capítulo e último focaremos nos estudos sobre os engenhos e escravidão em Viçosa, teremos um estudo de caso. Trataremos do episódio de Firmino Maia, o tenente coronel de Assembleia, acusado de maus tratos em seu engenho, o Boa Esperança. Aqui dialogamos sobre o papel do jornal como fonte para a pesquisa histórica, tendo como foco a novena feita em um escravizado, denominado Luiz. A documentação trabalhada aqui nos permite um olhar mais claro sobre como a escravidão operava naquele local, e fragmenta a teoria consolidada: de que a escravatura não havia sido violenta em Viçosa.

A importância dos jornais como fonte, formas de uso, discussões teóricas durante longo período o papel das fontes periódicas foi discutido na historiografia, e sua relevância na construção do conhecimento histórico. Apesar de não ser novidade os usos da imprensa em trabalhos de pesquisa, podendo já ser encontrados vestígios em trabalhos produzidos no Brasil no século XIX, esse tipo de fonte passou por muito tempo visto pela teoria-crítica com maus olhos. Por um lado, a tradição positivista dava valores de verdade absoluta, tratando essas produções como espelhos da realidade até a primeira metade do XX. Os historiadores Brasileiros tinham posturas distintas em relação a esse tipo de fonte: “a veemente recusa em

empregá-las em seus debates por considerá-las não fidedignas ou era entendida como verdade absoluta”¹. (Capelato, 1988, p.21)

A imprensa e seus periódicos passam então a ganhar relevância para o conhecimento historiográfico a partir das últimas décadas do XX, após o alargamento das discussões em torno de novos objetos, problemáticas e abordagens, provenientes da 3ª geração da Escola dos Annales. A ampliação do que seriam documentos contribuiu, sem dúvidas, para que essa renovação ocorresse, assim como a reestruturação teórico metodológica da História Cultural e Política.

Segundo Regina de Luca (2005), outro ponto importante foi o contato da História com outras ciências humanas, como as Ciências Sociais, Linguística e Antropologia que permitiram aos historiadores refletir sobre novas concepções de análise de fontes. Essa virada após 1968 transforma a historiografia brasileira e sua relação com os jornais como vestígios a serem analisados. Vavy Pacheco Borges discorre que:

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano. (Apud LUCA, op. cit, p. 130)

Apesar desse crescente aumento no número de historiadores utilizando periódicos, De Luca destaca que há passos a serem seguidos ao se debruçar nesses vestígios. Segundo a autora, o primeiro passo do pesquisador é se atentar aos mecanismos internos da imprensa e seus funcionamentos, a aparência e métodos de impressão que tanto dizem sobre uma época e lugar social do periódico. A historicização da fonte é extremamente importante para entender outro aspecto: a função social desses impressos (Luca, 2005). Desse modo, entramos em outro elemento fundamental para o investigador, que é ter em mente que qualquer órgão de imprensa, e respectivamente suas produções, estão atrelados a visões de mundo, concepções, interesses políticos, conjunturas sociopolíticas, entre outros. Os redatores, produtores e diretores de tal

¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

produto também são sujeitos históricos inseridos em conjunturas do seu tempo. Por isso não são reflexos absolutos de uma realidade.

Sendo assim, é fundamental “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial [...], atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas.” (VIEIRA, 2010. p. 06). Ao fazer essa análise crítica dos jornais, podemos identificar o possível público-alvo que visa atingir e os interesses ao contatar elementos específicos e traçar seus perfis.

É a partir desses caminhos que seguiremos nosso trabalho e análise e interpretação sobre a escravidão, que vocês verão a seguir.

CAPÍTULO I

2. OS ENGENHOS E O INÍCIO DE SUA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

Não há como negar que o engenho foi uma das maiores unidades produtivas da Idade Moderna. Seu crescimento numérico ao longo da faixa litorânea, mais tarde espalhando-se para dentro do território da colônia portuguesa foi de fundamental importância para a economia e expansão de recursos da metrópole. A economia açucareira no Brasil, como sabemos, iniciou-se durante a colonização, e teve dois focos principais para o plantio da cana-de-açúcar: Pernambuco e São Vicente. Outros núcleos tiveram também o contato com o produto, como Espírito Santo, Porto Seguro, Bahia e Ilhéus. Contudo, inicialmente foram apenas as duas primeiras que tiveram prosperidade na fabricação do açúcar.

Após o declínio de São Vicente e a ascensão da produção na Bahia em finais do século XVI, o engenho passa a se constituir como a base da economia organizacional do Brasil, sendo o açúcar o principal produto de exportação em uma época de valorização do produto. Foi também através dele que no XVII constituiu-se os núcleos sócio-políticos no período colonial. Contudo, devemos nos ater a como essa experiência surge e é implementada com sucesso em terras tupiniquins.

No início do século XV, exploradores e comerciantes portugueses chegaram à costa Africana. A princípio, seus interesses estavam voltados para o ouro. Em um período em que o continente Europeu via-se em escassez de metais preciosos, foi no além-mar que aventuraram-se na procura de tal. Por isso, a busca pelo controle das rotas do Saara na África ocorre, pois o comércio com o continente asiático dava claros sinais de desgastes, e o acesso direto às minas do Saara ajudava como compensação monetária. Sendo assim, os escravos e produtos diversos eram vistos como prioridade secundária (Herbert, 2004). Segundo Herbert Klein, a situação muda no fim daquele século, quando há a introdução da cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico.

Uma importante alteração estrutural ocorreu após 1500 pela combinação da instalação eficaz do almoxarifado na ilha e do centro agrícola de São Tomé, no Golfo da Guiné, e o início de intensas relações comerciais com o Reino do Congo após 1512, o que incluiu, pela primeira vez, de forma importante, a África Central Ocidental no tráfico de escravos. (Klein, 2004, p.10).

Esse tráfico de pessoas negras, que de 1450 a 1460, era de 800 pessoas por ano por parte dos portugueses, vai aumentando ao decorrer das décadas seguintes, chegando a 2000 por ano em 1500. Apesar disso, segundo Klein, embora os números sejam significativos, os

escravizados destinados a Portugal não tinham um papel fundamental na sociedade ou como mão-de-obra nos centros urbanos, sendo mais comum o serviço doméstico (Herbert, 2004). Após a década de 20 daquele século, momento em que Portugal concentrava seus esforços de colonização em território brasileiro, abre-se vazão para o mercado de escravizados africanos. Contudo, antes do período citado acima, na primeira metade do XIV, existiam movimentações importantes de serem discutidas, pois foram eles que definiram o modelo de produção que seria implantado futuramente no Novo Mundo através do trabalho forçado de africanos.

Em 1440 os portugueses competiam com espanhóis pela colonização das ilhas atlânticas, com seus exploradores abrindo caminhos fora de seu território. Já na década de 50, Portugal havia adentrado as ilhas de Açores, Cabo Verde, Madeira e São Tomé, que ainda encontravam-se sem habitantes, com os espanhóis estabelecendo-se nas Ilhas Canárias. As três últimas ilhas acabam se mostrando produtivas para a experiência do plantio da cana, com Madeira passando a ser a maior produtora do açúcar já na metade do XV, onde era vendido para o continente europeu. Inicialmente esses locais não poderiam ser considerados extensos, principalmente quando comparados ao que mais tarde viriam a se tornar nas Américas. Naquela época, as fazendas também tinham um montante que misturava a mão de obra de africanos escravizados e trabalhadores livres que eram remunerados. Em 1540, contudo, entram em decadência pelos altos custos de moagem.

Já a ilha de São Tomé, última a produzir açúcar, foi a que mais se assemelhou à experiência americana de produção, tendo o maior número de braços escravizados. Klein afirma que em 1550 operavam mais de sessenta usinas na pequena faixa terrestre, chegando a ser produzidas mais de 2.000 toneladas de açúcar por ano. Ao contrário da ilha de Madeira, essa operava apenas com africanos nas plantações, chegando a cerca de 6 mil pessoas. (Herbert, 2004)

Apesar das tentativas não terem prosperado por muito tempo, com ciclos de altos e baixos constantes, foi através desse experimento que o consumo de açúcar na Europa cresceu, impulsionando um mercado, criando-se técnicas de trabalho e de confecção. Portando, havia se estabelecido e desenvolvido os moldes de produção agrícola que mais tarde seriam importados para o Novo Mundo, com um pequeno número de poderosos no topo da hierarquia, possuindo a maior parte das terras, uma maioria de escravos ou trabalhadores, seguidos por uma camada intermediária de plantadores europeus que possuíam escravos e campos de cana, mas eram pobres demais para realmente serem usineiros. (Herbert, 2004)

São com as experiências de integração de Africanos em plantações de cana nas ilhas do Atlântico, e mais tarde nas Américas e Antilhas, que os moldes da escravidão e da produção de açúcar foram aprimorados, criando-se um “complexo de trabalhadores, fábricas rurais (engenhos) (Miller, 1997). A partir dessas práticas que a escravatura passa a ser definida pela cor da pele, e tem como característica as transições comerciais em espaços territoriais conhecidos como *plantations*. Para Miller, os africanos foram escolhidos pois:

A África não estava incluída no padrão monetário de ouro e prata da Europa e da Ásia, o que levou os africanos a trocar mercadorias, e eventualmente pessoas, por produtos que os europeus não consideravam com dinheiro. Para os europeus, trocar mão-de-obra na África por mercadorias permitia-lhes conservar o escasso dinheiro, vital à emergente reorganização capitalista da propriedade na Europa. Além disso, nas Américas, os africanos escravizados, como propriedade que eram, adquiriram um valor monetário. (MILLER, 1997, p.6).

Em um período no qual buscava-se o acúmulo de capital, proveniente principalmente através de descobertas de metais preciosos no Novo Mundo, as trocas foram fundamentais para que os europeus conseguissem ampliar suas reservas e aplicá-las nas terras de suas colônias que não possuíam metais preciosos – como na ilha de Madeira e no Nordeste brasileiro –, e em investimentos que alguns séculos mais tarde ficariam conhecidos como complexos de engenho.

A princípio, em meados do século XV, os investimentos dos Portugueses foram escassos, pois não existia o capital necessário para a criação de engenhos de grande escala, ou mesmo para o transporte de pessoas ao longo do oceano em grandes números. A quantia de capital a ser investida em um negócio dessa proporção, que custeasse as despesas relativas a criação de um sistema comercial no território africano, bem como a compra e transporte em massa de indivíduos ao longo do oceano era estrondosa, algo que só foi possível através do acúmulo do dinheiro, de créditos – nos anos iniciais – e mais tarde dos períodos de crescimento acelerado dessas empresas. (Miller, 1997)

Após 1570, alguns fatores favoreceram o maior uso de cativos, dentre a redução do preço da mão de obra devido às grandes secas em locais como Congo, guerras e instabilidade política, o declínio do açúcar em São Tomé, gerado pela revolta dos escravizados, e os recursos que foram investidos pelos holandeses no nordeste brasileiro para o refino do açúcar. Portanto:

Todos esses fatores permitiram aos brasileiros do nordeste combinar os elementos estabelecidos anteriormente, embora em escala muito menor, em São Tomé e São Domingos: escravos africanos em trabalhar em propriedades altamente – e seguramente – financiadas e endividadas. (MILLER, 1997, p.21).

A seguir, iremos discutir como essa experiência ocorreu na Capitania do Norte, especificamente no território que mais tarde seria conhecido como Comarca de Alagoas.

2.1 OS ENGENHOS NAS ALAGOAS

Como já dito anteriormente, os engenhos passam a surgir no Brasil a partir do momento em que Portugal decide colonizar o território, com a divisão das comarcas. Os números não pararam de crescer nas décadas seguintes, chegando rapidamente a 108 em 1584, conforme afirma o padre José de Anchieta (1964). Desses, mais de 60 encontravam-se em Pernambuco na época, e no começo do XVII a economia açucareira mostrava-se próspera, sendo essa unidade produtiva a base econômica e social, fazendo com que a ocupação humana ao redor deles acontecesse.

Apesar das poucas informações sobre o período pré-invasão holandesa, pode-se dizer que foi um momento de florescimento, contando com o total de 230 engenhos, segundo afirma Diégues Júnior (2006). Com a ocupação dos holandeses em 1626 e os conflitos que se seguiram, grande parte deles foram destruídos, o que gerou um declínio nos números e produção. É somente após a restauração, em 1654, que volta-se o sistema volta a produzir com sucesso e a reconstruir a economia. Todavia, a produção do açúcar nas Antilhas se mostrava uma grande concorrência, o que contribuiu para a crise ao fim do século, o que é agravado pela guerra dos Mascates no início do XVIII².

Figura 1: Capitânias do norte do Brasil (século XVII-XVIII)

² A guerra dos Mascates se caracterizou como um conflito entre comerciantes portugueses que residiam em Recife e senhores de engenho de Olinda, entre os anos de 1710 e 1711. Com a concorrência alta e a crise do açúcar, os donos de engenhos passam a ficar endividados, recorrendo aos comerciantes para empréstimos. Com o Recife crescendo cada vez mais, o sonho de emancipação dava sinais, visto também que a Câmara continuava nas mãos dos senhores. Com a tentativa de emancipação, tem-se o estopim para a guerra, que mais tarde acabou dando vitória aos recifenses. Mais detalhes: In: OLIVEIRA, Thiago Souto Maior Ferraz de. Guerra dos Mascates (1710-1711): Historiografias e narrativas nos livros didáticos. Anais do XIII Encontro Estadual de História – História e Mídias, Narrativas em Disputa, 2020. Disponível em:

https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602125763_ARQUIVO_3d22ac1fd0289ff88649a1814773d8a6.pdf



Fonte: Recorte do Mapa Geral do Brasil, de Domingos Capacci, 1730.³

Foi nesse momento que as freguesias de Penedo, Alagoas e Porto Calvo foram criadas, tendo também o açúcar o principal produto econômico desses locais. Com a fundação da comarca em 1710 e sua instalação em 1711, o número de pessoas circulando na região acabou crescendo, com a cana em primeiro lugar no pódio de cultivo. Diégues Júnior (2006) defende que existia um forte entrelaçamento entre a história do estado e a do açúcar. Para ele, foi através das bases do primeiro engenho banguê construído, foi atual território de Porto Calvo, onde se iniciou o povoamento:

Excetuando Penedo, cuja fundação se iniciou como arraial fortificado, e em parte Atalaia, os demais núcleos populacionais das Alagoas nasceram e cresceram em derredor dos engenhos de fabricar açúcar. Porto Calvo, primeiro desdobrando-se mais tarde em São Bento, Camaragibe, Porto de Pedras e São Luís do Quitunde, e Alagoas, logo depois, multiplicando-se a seguir em Pilar, Santa Luzia, Maceió, São Miguel, Anadia, encontraram nas fábricas de açúcar o ponto de partida da sua colonização. Do seu povoamento, pode-se dizer também, porque ele só se fez regular mediante a expansão dos centros demográficos e sociais que eram os bangues. (DIÉGUES, 2006, p.25).

Como já dito, esses primeiros assentamentos de pessoas teriam se dado ao redor dos engenhos. Deste modo, seriam essas estruturas as responsáveis pelo desenvolvimento

³ Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525808/cart525808.html. Acesso: 02/02/2024

populacional, pelos aspectos socioculturais, religiosos, entre tantos outros, com os primeiros focos surgindo no fim do século XVI ao Norte do estado, sendo os mais antigos, que temos conhecimento, o Buenos Aires e o Escurial, pertencentes ao alemão Cristóvão Lins. Os primeiros núcleos de povoamento foram fixados em localidades litorâneas, de forma estratégica, para a defesa do território ao sul da Nova Lusitânia. A partir daí, a expansão se dá através das vias fluviais (DIÉGUES, 2006).

A criação de um engenho era uma atividade complexa, visto que para isso, necessitava-se de tarefas de terra, plantio de subsistência e da cana, derrubada de matas, animais de tração, construção de casa grande, senzala e de escravizados. Sendo assim, era lógico que o transporte seria uma questão a ser levada em consideração. Feito através de canais fluviais que davam para o mar, fazendo com que fosse levado o açúcar a Olinda, ou diretamente à Lisboa. Ao considerar aspectos como: rios navegáveis, rotas e a fertilidade do solo, foi a região Norte de Alagoas que mais desenvolveu a atividade dos engenhos, e o sul de Alagoas se dedicou ao pastoril (Carvalho, 2021).

Para Dirceu Lindoso, inspirado na visão antropológica de Moreno Brandão, existiram dois modelos de ocupação em Alagoas durante o século XVII:

Um baseado no pastoril e na ausência de escravidão, o penedense; outro baseado no plantation açucareiro, com presença da escravidão negra africana, o porto-calvense. Um, o penedense, com traços democráticos em sua organização social de fraca estruturação; outro, o porto-calvense, com forte e perversa estrutura social com ausência de elementos democráticos. (Lindoso, 1997, p.270).

A habitação regional determinada por essas fábricas de açúcar, unidas à criação do gado, se espalham e ocupam o espaço das Alagoas nos dois primeiros séculos de sua história, construindo as bases econômicas do açúcar, que desde o fim do XVI era o produto mais rentável internacionalmente. Com isso, “no Nordeste, a metrópole desestimulava as atividades concorrentes da fabricação do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados nas cidades do litoral” (Carvalho, 2021, p.54). Ao mesmo tempo, havia uma recusa na renovação de métodos e técnicas na fabricação do açúcar, o que acaba gerando uma defasagem, faz com que a colônia acabe sendo ultrapassada pelas Antilhas caribenhas no XVII.

Curiosamente, é em 1791 que a situação volta a ser favorável para o produto Brasileiro, correspondendo a fatos históricos importantes. Com a Revolução liderada por Toussaint L’Ouverture no Haiti, desorganiza-se de forma notável o produtor de mais da metade do açúcar

mundial. Sendo assim, aliado ao fim do período Holandês de ocupação – que havia contado com a destruição das maiores unidades produtivas de Alagoas –, foi natural um aumento no número de engenho e crescimento da produção para suprir a necessidade do mercado internacional:

Ao começo do século XVIII, em 1718, contava Alagoas, somente a vila das Alagoas, 23 engenhos, número esse que ascendeu em 1730 a 47. Em 1749 possuía a comarca 61 engenhos. Nas últimas décadas do século XVII, segundo se depreende da Ideia da População da Capitania de Pernambuco, haviam na vila de Porto Calvo 33 engenhos, dos quais 4 de fogo morto; nas das Alagoas 30 engenhos, e na do Penedo 9 engenhos. Segundo as freguesias assim se localizavam: 12 engenhos, todos de besta, em Porto Calvo, 11 em Camaragibe, 5 em São Bento, 2 em Meirim, 10 em Alagoa do Sul, 9 em São Miguel, 8 em Alagoa do Norte, 3 em Santo Antônio Meirim, 7 em Penedo e 2 em Poxim. Nos primórdios do século XIX o número de engenhos estava elevado para 120, “reputados bons”, segundo Vilhena. Era de 316 o número de banguês na metade do século XIX, época em que se registra o surto da produção, de modo a anotar-se, em 1859, a existência de 479 engenhos. (Diégues Jr, 2006, p.120).

Em seu livro *Contribuição À História do Açúcar em Alagoas*, Moacir Sant’Ana, em estudos minuciosos, relata números semelhantes sobre a progressão de engenhos ao longo dos séculos em Alagoas.

Relatório holandês de 1639 registra a existência de 16 engenhos no território do atual Estado de Alagoas, dos quais apenas 9 moíam; em 1730, conforme Duarte Sodré Pereira, havia 47; em 1749, segundo uma “Relação de engenhos que há na Capitania de Pernambuco”, elevava-se o número para 61; em 1774, contava-se com 69; em 1802 (provavelmente), Vilhena dava o total aproximado de 180 engenhos, saltando para 316 em 1849 como verificamos; em 1879 eles eram 632; aumentando para 661 em 1881 e 682 em 1883; no ano de 1897 chegavam a 993 engenhos, incluídas as engenhocas de fabricar rapadura, em 1905 ascendiam a 964. (Sant’Ana, 1970, p.230).

Com os dados apresentados por ele, podemos entender como foi esse crescimento da produção de açúcar em Alagoas, pois mostram que apesar dos constantes ciclos flutuantes de queda e ascensão, foram os engenhos que continuaram como carro chefe de produção agrícola, chegando ao seu ápice no século XIX.

Em níveis nacionais, várias transformações na produção ocorreram ao longo do período imperial. Dentre eles, Manuel Diégues Júnior cita: “a introdução da cana caiana e da máquina a vapor, o uso do bagaço como combustível, a adoção de novas máquinas de moagem e de novo sistema de caldeiras e, por fim, o aparecimento dos engenhos centrais” (Diégues,

2006, p.19). Em Alagoas esses processos ocorreram de forma semelhante, mas com alguns pontos específicos.

Segundo Moacir Sant’Ana, teria sido na segunda metade do XIX que o banguê já dava indícios de deterioração. Seja pelo baixo valor comercial dos produtos agrícolas – do açúcar, algodão e mandioca – ou pela baixa produção:

Na década de setenta, antes da abolição da escravatura, portanto, o declínio do banguê, em grande parte devido ao baixo rendimento industrial, consequente dos processos rotineiros adotados no cultivo da cana e no fabrico do açúcar, nos quais ainda eram empregados quase que somente a enxada para plantar, a foice e o machado para limpar, moendas movidas por animais e caldeiras a fogo nu. (Sant’Ana, 1970, p.305)

Para o autor, a estabilidade social nas regiões açucareiras vinham mais de uma organização que se firmava em uma lei colonial, que tinha os engenhos como indispensáveis para o acesso às estruturas e privilégios (escravos e nobreza aliada a posse de terras), e não propriamente por resultados relacionados a lavoura do açúcar. Outro fato importante de se destacar, é que o produto produzido na província era considerado inferior ao de outros locais. Várias eram as reclamações relacionadas a qualidade do açúcar, o que fez com que em 1820 fosse criada a lei provincial nº141, voltada a inspeção do açúcar. A lei durou apenas um ano, e com o seu fim, volta-se a fabricar a mercadoria de valor pobre (Sant’Ana, 1970). Esse fato pode ser atestado através de uma publicação no jornal Diário das Alagoas, na edição de 8 de outubro de 1875, em uma matéria publicada em que fala sobre o processo de fabrico do açúcar alagoano, sendo nomeado inferior e com engenhos “enforcados” (Diégues, 2006, p.19). É importante lembrar também que esse foi o período em que a monocultura do café estava em ascensão durante o Império, com grande desenvolvimento e exportações, ultrapassando o açúcar como principal produto agrícola do país.

Apesar da baixa produção, o número de escravizados continuou estável ao redor da província, com uma porcentagem considerável podendo ser constatada nas maiores vilas e cidades. Em um recenseamento feito por Dr. Espíndola 1855, publicado no ano de 1860, foi constatado um montante populacional de 249.704 habitantes, sendo 44.418 cativos. Sendo assim, podemos constatar que 17,78% das pessoas que moravam em terras alagoanas eram cativos.

A partir do Recenseamento da População do Império do Brasil, de 1872, encomendado por Dom Pedro II para cobrir todo o território nacional, temos acesso a dados mais completos sobre as almas de Alagoas, como podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 1: Quadro síntese da população escravizada em alagoas no censo de 1872

Cidade/Vila	Total de habitantes	População escravizada	Porcentagem
Alagoas	9.802	1.046	10.67%
Anadia	13.837	1.325	9.58%
Assembleia	33.433	1.930	5.77%
Atalaia	24.582	1.888	7.68%
Coruripe	9.132	1.226	13.43%
Imperatriz	29.754	1.440	4.84%
Maceió	27.703	4.278	15.44%
Murici	12.339	840	6.81%
Palmeira dos Índios	17.022	3.441	20.22%
Pão de Açúcar	9.010	409	4.54%
Passo do Camaragibe	21.146	2.478	11.72%
Paulo Afonso	10.919	658	6.03%
Penedo	35.198	2.678	7.61%
Pilar	9.811	1.348	13.74%
Porto Calvo	25.566	3.924	15.35%
Porto de Pedras	6.260	1.008	16.10%
Santa Luzia do Norte	9.155	1.843	20.13%
São Miguel	12.328	2.152	17.46%
Traipu	21.154	1.000	4.73%

Fonte: Castilho, F. F. de A., & Alves, D. dos S. (2023). O final do escravismo na imprensa alagoana: os abolicionistas de Maceió e a resistência proprietária em O Orbe. *Global Dialogue*, 6(1), 69–89. ⁴

Através do quadro acima podemos perceber que locais considerados as maiores unidades açucareiras, como Maceió, Santa Luzia do Norte, São Miguel e Porto Calvo continuavam tendo uma significativa porcentagem populacional de cativos, mesmo com essa produção tendo baixas. Apesar disso, verificamos também que os números haviam caído, se comparados aos números apresentados por Dr. Espíndola dezessete anos antes dos dados nacionais.

⁴ Disponível em: <https://doi.org/10.53660/GDIA.103.105>, acesso em: 02 de agosto de 2023.

Sendo assim, no próximo capítulo nos propomos a fazer um breve panorama historiográfico sobre a escravidão no Brasil, discutindo as relações de comercialização dessa população e a condição de escravizado em Alagoas.

CAPÍTULO II

3. ESCRAVIDÃO

Falar de Brasil e do processo de construção do que atualmente conhecemos como a nação brasileira, é também falar sobre a escravidão. Intrinsecamente ligada a formação do país, o modelo de exploração foi por mais de três séculos o pilar que alicerçava o sistema político, econômico e social brasileiro. Entre o período de XVI e XIX, foi ela o sustentáculo da agricultura, mas não somente disso. Espalhou-se também nos ramos da política, visto que todos os senhores que a compunham eram proprietários de escravizados. Disseminou-se também na vida social do império, sendo fator importante na hierarquia e *status* dos segmentos da sociedade. Ter um escravizado definia identidades, modos de vida e destinos. Sendo assim, os estudos sobre a escravidão são importantes para entender sobre a História Social do país.

Foram inúmeros os pesquisadores que dedicaram-se à temática, e as diversas interpretações ajudaram na construção de perspectivas sobre a história nacional. Dentre eles está Gilberto Freyre com a obra *Casa Grande e Senzala* (1933), considerada por alguns como principal porta de entrada para o entendimento do Brasil, e por outros um trabalho carregado de misticismos sobre a sociedade brasileira.⁵ É nela que podemos observar a dualidade de suas concepções, sendo inegável a existência de duas esferas de pensamento: na primeira um tom de saudades ao idealizar as relações sociais e destaques aos aspectos da vida social. No outro, a crítica ao sistema de escravidão e violências na sociedade escravocrata. Apesar de já existirem interpretações anteriores a ele, é através de Freyre e de sua obra que o mito da democracia racial ganhou destaque, influenciando pensadores, debates e discussões dentro do pensamento social e transformando-se por muito tempo em ideologia racial oficial do país.

Já Sérgio Buarque de Holanda trouxe outra perspectiva. Com as transformações políticas ao longo das décadas de 20 e 30 do século passado, havia intensos debates no que se

⁵ O antropólogo Darcy Ribeiro (1979), em prefácio de *Casa Grande e Senzala* para edição venezuelana de Ayacucho, destaca o legado intelectual de Freyre durante a década de 70, apesar da dualidade de sua obra. Segundo Ribeiro, o livro seria o mais importante já feito para entender-se a cultura brasileira. Em contrapartida, Freyre recebeu críticas de nomes como Carlos Guilherme Mota e Dante Moreira Leite, que consideraram a escrita como parcial e pouco explicativa. Na avaliação de Carlos Guilherme Mota (1977, p.58), "[o]bras como Casa-grande & senzala, produzida por um filho da República Velha, indica os esforços de compreensão da realidade brasileira realizados por uma elite aristocratizante que vinha perdendo poder. À perda de força social e política corresponde uma revisão, à busca do tempo perdido". Já Dante Moreira Leite (1976, p.283), por sua vez, interpreta a obra de Gilberto Freyre como pertencente à linhagem do pensamento conservador brasileiro "Como este, Gilberto Freyre idealiza o passado brasileiro, aí encontrando os homens e as famílias tutelares - homens e famílias que construíram tudo de bom que existe no Brasil".

referia ao passado e ao futuro da nação. Em um momento no qual haviam-se passado 400 anos desde a chegada dos primeiros portugueses, o Brasil ainda não era visto como um local emergente em sua economia, arrastando-se com uma elite ainda latifundiária e socialmente autoritária. É nesse contexto que é publicado *Raízes do Brasil* (1936). Foi fortemente influenciado por seus estudos em Berlim entre 1929 e 1930, onde teve contato próximo com as ciências sociais e desenvolveu seu aporte teórico e referências para analisar a sociedade moderna (Costa, 2014).

A partir dela podemos perceber os detalhes que diferem do pensamento de Freyre. Enquanto o primeiro tende a minimizar certos aspectos relacionados ao escravismo e período colonial, destacando uma proximidade entre explorador e explorado, e dando ênfase uma mistura harmoniosa entre etnias, o segundo evidencia o papel dos portugueses colonizadores nos problemas sociopolíticos do Brasil. Portanto, Buarque de Holanda rejeita a ideia de bons moços e da mestiçagem como um processo pacífico e democrático. Esse debate sobre o papel das raças e formação brasileira ficou marcado na historiografia dos anos 30.

A escravidão não era uma novidade para os portugueses quando foi exportada para sua colônia americana. Antigas sociedades ao redor do globo, inclusive as europeias, utilizaram-se de pessoas para funções sem que houvesse pagamentos. Antes do século XV, esse modelo tinha como característica fundamental o uso da mão de obra e trabalho forçado. Os indivíduos que compunham esse grupo eram marginalizados e afastados socialmente de outros, permanecendo apenas no âmbito doméstico. As tarefas realizadas, é claro, não seriam exclusivas a esses homens. Os camponeses e servos eram outro grupo que estava fadado à exploração, uso da força para o trabalho e o não controle de suas vidas (Herbert, 2004).

O caráter da servidão não remunerada muda a partir dos séculos XV e XVI, quando a migração forçada de africanos ao longo do Atlântico é implementada pelos europeus, tendo em vista a necessidade do regime colonial em alavancar suas produções agrícolas e de mineração no Novo Mundo. Para Caio Prado Júnior, a colonização teve, desde o início, um sentido: “realizar apenas um negócio, embora com bons proveitos para seus empreendedores” (Prado, 2000, p.279). Sentido esse que foi o motor dos comportamentos que afetaram o país ao longo dos séculos seguintes, que concretizou a exploração de vários territórios através da produção de bens para o mercado exterior. Sendo assim, a importação de africanos remete:

Aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e

conjunto de numerosos trabalhadores. No passado esses trabalhadores eram escravos, e era isso que constituía o sistema, perfeitamente caracterizado, que os economistas ingleses de então denominaram *plantation system* (sistema de plantação), largamente difundido por todas as áreas tropicais e subtropicais colonizadas por europeus. (Prado Jr., 2000, p. 46)

Para ele, os escravizados nada mais foram do que recrutados como mão-de-obra, tendo elementos puramente produtores para a construção da colônia brasileira (Prado, 2000). Nesse sentido, sua função na estrutura era essa pois: “Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob direção e açoite do feitor”. Era diferente da Antiguidade pois “[...] a escravidão se nutre de povos e raças que muitas vezes se equiparam a seus conquistadores, se não os superam” —, na modernidade, o escravo era só uma “simples máquina de trabalho bruto”, recrutados de povos “[...] bárbaros e semibárbaros, arrancados de seu habitat natural e incluídos, sem transição, em uma civilização inteiramente estranha”. Sendo assim, defende que os escravizados eram “[...] um recurso de oportunidade de que lançaram mão os países da Europa, a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo”(Prado, 2000, pp. 278 - 280). Logo, ele seria o sustentáculo da economia agrária brasileira.

Ao contrário de Caio Prado Jr., em sua obra *O Escravismo Colonial* (1989), Jacob Gorender defende que o Brasil teve um modo de produção específico, o das plantagens do Novo Continente. Para ele a colonização “originou nas Américas modos de produção que precisam ser estudados em sua estrutura e dinâmica próprias”. Sendo assim, deveria haver uma “inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora” (Gorender, 2016 pp.6-7).

O trabalho de Katia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, no qual analisa as transformações que esses homens e mulheres passaram ao mudarem de *status* livre para cativo, e suas relações sociais ao chegarem em novas terras, essa obra é uma importante contribuição para os debates, mas que também reitera alguns aspectos que lembram Freyre, salientando uma ternura na relação escravizado-senhor na Bahia. Para a autora, o sistema era uma sociedade aberta, que permitia a mobilidade social dado que existiam redes de solidariedade e lugares de parentelas. A intolerância somente viria no pós abolição (Gorender, 2016).

Entretanto, partir de 1980 a historiografia passa por uma renovação em relação aos estudos sobre o negro, influenciada também pelo movimento negro. Deixando de lado a perspectiva dessas pessoas como apenas cativo e explorados, trazendo novas abordagens que

destacavam os escravizados como sujeitos históricos, participando da complexa malha de relações, negociações, conflitos e lutas ao longo desses quatro séculos. Podemos destacar também o historiador João José Reis, em seus estudos sobre escravidão, liberdade e resistência, que tem uma visão mais complexa, principalmente por estudar as questões de rebeliões escravas no Brasil. Em *Ganhadores*, por exemplo, Reis (1993) nos mostra as diferentes experiências de trabalho dos escravizados no XIX, e como apropriavam-se desse para resistir e conseguir sua liberdade através da alforria.

De qualquer forma, a escravidão e sua inserção já ocorria em menores proporções nas Américas no início do XVI. Contudo, com o declínio das populações indígenas na segunda metade do século, decorrente dos constantes maus tratos, doenças e fugas, a África torna-se o ponto central de fornecimento de recursos humanos (Ferreira, 2018). Nas Capitanias do Norte, o comércio passa a ser realizado em certa medida pela Praça de Recife com a Costa da Mina e Angola a partir das últimas décadas do XVII, sendo esse grupo um dos principais responsáveis pelas transações ultramar que ligavam o Atlântico, como afirma Marinho (Melo, 2021).

Portanto, para entender mais sobre nosso objeto de estudo, é importante falar sobre como essas relações e transações ocorriam e o papel desses agentes, como veremos no tópico a seguir.

3.1 A ESCRAVIDÃO EM UMA PERSPECTIVA ATLÂNTICA

Em Alagoas não é possível precisar por onde chegaram os primeiros escravizados. Acredita-se que a princípio podem ter vindo de Pernambuco, e com o aumento do número de engenhos começaram também a crescer o montante de pessoas destinadas ao cativo no atual território Alagoano. Oficialmente não podemos encontrar fontes que corroborem a ligação ou comércio direto com os portos de Alagoas, tendo sido sempre dependente das praças de Recife e de Salvador, como mostra Guimarães (2022) em seus estudos sobre o transporte marítimo e por terra de escravizados que chegavam nas Capitanias do Norte. O porto do Recife, que antes mesmo do século XVI já era considerado peça central nas atividades comerciais, acaba ganhando mais destaque após o período da Restauração. Esse fato se deveu a inúmeros fatores, dentre eles a sua localização estratégica no Atlântico, com correntes que permitiam uma rápida circulação dos navios negreiros, assim como os elementos políticos existentes, como melhor posição para comércio e defesa (Guimarães, 2022). Ao lado de Salvador e Rio de Janeiro, O

Recife foi um dos portos que mais recebeu escravizados vindos da África ao longo dos séculos seguintes, tendo desembarcado, apenas nos Setecentos, mais de 158 mil pessoas (Melo, 2021).

Como pioneiros do tráfico, os Portugueses se valeram do contato estabelecido com África em meados do século XIV. Para a obtenção de cativos, estabeleceu-se uma organização comercial, primeiramente através de negociantes de Portugal, que depois lançando-se em comercializações nas colônias (Ferreira, 2018). Desse modo, é fundamental tratar os estudos da História Social em uma perspectiva atlântica, associando os processos ocorridos na Europa, nas Américas e África. Para Peter Linebaugh (1983, p.32), devemos imaginar o oceano como dedos de nossas mãos, onde “o dedo indicador é a Inglaterra, o dedo do meio é a África, o dedo anular são as Índias Ocidentais e o mindinho é a América do Norte. Eles cooperam para construir uma imensa comunidade. O polegar associa todos eles: é o navio”. Segundo essa afirmação, o navio seria um dos principais eixos que interligam o atlântico e suas experiências. É através desses mares e seus caminhos que a prática comercial acontecia. Aqui cabe deixar claro a dimensão desse sistema, que se formou a partir da circulação e trocas de mercadorias a partir do século XVI, solidificando-se entre meados de XVII e início do XVIII.

Portanto, destacamos como essas relações de troca e venda de escravizados ocorriam, o sistema tríplice de comércio e as nítidas distinções de influência portuguesa em regiões específicas ao longo do tempo. O negócio de pessoas era uma atividade complexa, como identificou Suely Cordeiro em seus estudos sobre o cotidiano de compra de escravos em portos da África no XVIII, período de maior fluxo de viagens. Ao analisar os dados de um navio de Pernambuco destinado a fortaleza de Ajudá, Cordeiro nos faz ter noção de como eram abastecidos para a longa travessia ao identificar os produtos que seriam negociados:

No porto da ilha de São Tomé no ano de 1752, foi registrada a entrada da Galera Aleluia da Ressurreição e Almas, pertencentes a José de Freitas Sacotto. Sua viagem teve início na capitania de Pernambuco, onde foi carregada e consignada a José Francisco da Rocha. Levava em seu interior uma carga composta de rolos de tabaco (2.267), peças de seda (1), côvados de seda (1.733), peças de pânico (1.500), ancoras (122), pipas (18) e barricas de aguardente (2). Carga valiosa e adequada à empreitada.¹⁴ Todos esses produtos tinham sentido e destino certo numa viagem à costa africana ocidental. (Cordeiro, 2018, p. 11).

Nas feitorias, locais em que os capitães de navios aportaram para transações com negociantes, havia a lógica de abastecimento humano de acordo com cada local de destino. O processo poderia ser demorado, sendo comum a visita a outras feitorias, podendo levar meses para a cumulação e volta para a América portuguesa. Nas anotações a que Cordeiro teve acesso,

comprova-se “que a compra de pessoas se fazia no miudinho uma a uma; cada dia adquiria-se uma parte, da mesma forma que em cada porto.” (Almeida, 2018, p.25).

Por quase um século, chegaram ao Brasil negros wolofs, mossis e mandingos, sendo esse ciclo o de Guiné. Segundo Gian Carlo, essas informações podem ser atestadas a partir de testamentos e alforrias de Pernambuco no final do XVI através de cativos identificados. Para ele, esses homens e mulheres teriam sido traficados de São Tomé, visto que o local seria um entreposto, onde taxas eram pagas e os cativos eram reexportados para a América Lusitana e Espanhola (Silva, 2013, p.15). O segundo se dá a partir do XVII, onde eram trazidos do Congo e Angola. Já o terceiro estava relacionado aos sudaneses do litoral de Mina, e dominou o século XVIII (Mattoso, 2016, 42). Para Ferreira (2018, p.56), o Brasil “recebeu um número de africanos cativos quase dez vezes maior do que as colônias inglesas da América do Norte e apenas comparável àquele recebido pelo Caribe.”. Isso se deveria ao fato da proximidade do Brasil com as localidades africanas, tal como a grande influência lusitana já citada. E completa “nos dois casos, boa parte do tráfico dependia de redes comerciais e logísticas que, se prosperavam no interior do Império português, eram na verdade em grande medida controladas a partir do Brasil” (Ferreira, 2018, p.56).

Mateus Guimarães, por exemplo, identificou através dos registros do *Transatlantic Slave Trade Database* – TSTD2⁶, que a maioria das viagens no Recife Setecentista começaram e terminaram em Pernambuco, tendo como rota de negociação do tráfico Pernambuco-África-Pernambuco. A documentação analisada por ele mostra que os escravos que aqui chegavam eram referidos em sua maioria como de Angola e Costa da Mina (Guimarães, 2022, pp.122-123).

Embora a escravidão fosse pilar fundamental da agricultura nacional no Brasil imperial, esse não era apenas um negócio ligado ao campo. Nas grandes cidades de Salvador e Rio de Janeiro, era comum encontrar escravos de ganho. João José Reis, em *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, destaca o cotidiano desses indivíduos que trabalhavam em ofícios e repassavam parte de seus lucros aos seus senhores. Segundo ele, esses cativos necessitavam estar em constante movimento para conseguir vender seus serviços e gerar lucros

⁶ TSTD é um banco de dados sobre o comércio atlântico de escravizados entre os séculos XVI e XIX, que constantemente é atualizado. Sendo assim, existem duas versões: o TSTD1 e TSTD2. Ver ELTIS, David; RICHARDSON, David. *New Assessment of the Transatlantic Slave Trade In: Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven & London: Yale University Press, 2008. Todos os números estão disponíveis no website slavevoyages.com

para seus senhores. Dessa forma, era comum que muitos morassem fora, em quartos alugados e só voltassem para pagar a parte de seus “proprietários” (Reis, 1993, pp.9-10).

Negócio rentável, a escravidão infiltrou-se em outros campos além do econômico, como mostra Alonso:

“Alicerçava o sistema político, pois eleitos e eleitorado eram majoritariamente de proprietários de escravos. A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural. A nação toda era escravista, o que retardou a conversão do tema em problema na agenda pública. Quando o tráfico estancou, o escravo virou bem precioso e sua posse se concentrou nos estratos de mais renda e em áreas de agricultura de exportação. Se isso gerou grande contingente de famílias com pouca ou nenhuma escravaria, sem interesse direto em manter a instituição, aumentou, em contraparte, o status dos possuidores. Quanto mais caro o bem, mais prestígio se afere por possuí-lo”. (ALONSO, 2015, p.17).

Contudo, a partir da primeira metade do XIX o regime começa a dar claros sinais de desgaste. Isso se deu, entre inúmeros fatores, a mudança de cena internacional, conhecida como “pressão externa”. O ciclo de abolições, que haviam sido iniciados em São Domingo, no Haiti, em 1791, permitiu a abolição da escravidão em uma das localidades com o maior número de negros fora do continente africano, logo após a morte dos exércitos imperialistas brancos. Foi também com a suspensão do tráfico negreiro em seus territórios que em 1807 o Império Britânico e os Estados Unidos deram impulso para outro passo. O Congresso de Viena, em 1815, acabou fechando os pregos no caixão do contrabando atlântico: declarou-se ilegal o comércio internacional de escravos, decisão que teve participação de países como França, Rússia, Inglaterra, Suécia, Áustria e Portugal. Pouco tempo depois, começou o duplo ciclo nas colônias espanholas da América: declararam independência e abolição – em sua maioria -, o que acabou gerando um novo ambiente político desfavorável para o Brasil (Alonso, 2015, p.15).

Mesmo com o tráfico extinto, a criação da Lei de 7 de novembro de 1831, e do Brasil receber requerimentos da Inglaterra, a maior parceira comercial e potência mundial da época, continuou a importar escravizados, tendo em 1850 entrado mais de 600 mil escravos no país. Ao mesmo tempo que o emancipacionismo internacional se expandia, as revoltas escravas aumentavam, gerando grande apreensão, como mostra notícia de jornal do Rio de Janeiro:

Em Capivari, São Paulo, 150 escravos se revoltaram abandonando o trabalho e retirando-se da fazenda. Sobre esse fato gravíssimo diz o Diário Mercantil, de São Paulo, de 18 do corrente mês: “sabemos que os escravos que os escravos de diversas fazendas do município de Capivari se sublevaram [...] e abandonando o trabalho e seguiram para o Salto de Itu. Desta forma [...] foi enviado um aviso para o delegado de polícia de Itu, que mandou dez praças ao encontro dos escravos. As praças, unicamente armadas de rifles, encontraram na estrada um pequeno grupo dos

fugitivos, aos quais deram voz de prisão. Logo depois, porém, chegaram outros escravos, cujo número, ao que nos dizem, era superior a 150, envolveram as praças, desarmaram-na e despejaram-nas de toda a roupa, espancando-os rudemente. [...] Os revoltosos entraram depois na cidade de Itu [...] sem que encontrassem obstáculos. Atravessaram assim toda a cidade, cuja população ficou sobressaltada. O nosso informante acrescenta que os sinos tocaram a rebate, porém não houve quem se opusesse a passagem dos fugitivos. Desta capital seguiu ontem uma força de vinte praças, competentemente munida, para restabelecer a ordem.⁷

A matéria acima nos dá uma clara visão dos conflitos que permeavam o país após a segunda metade do XIX, destacando a estratégia e participação ativa e direta dos escravos no importante segmento de conquista da liberdade, e luta contra os castigos impostos por seus senhores. Esse é o tema que veremos abaixo.

3.2 CRIMES E CASTIGOS

A violência contra o escravizado foi um fator preponderante ao longo de todo o regime escravista, sendo ela física ou exclusivamente psíquica. Os graus foram alterando-se ao longo do tempo, porém continuavam ocorrendo durante os quatro séculos. As práticas eram consideradas *legítimas*, ou seja, socialmente aprovadas. Um dos pontos sobre ela foi que era considerada um direito privado dos senhores. Sendo assim, cabia a eles julgar o que seria propício como castigo para aqueles considerados infratores. Nas zonas agrícolas, eram raras as ocasiões em que o escravizado criminoso ou indisciplinado seria entregue às autoridades para receber punições. A justiça não se fazia tão presente nesses locais. Por isso, durante Colônia e Império, o mais comum eram castigos no interior dessas propriedades.

Na comarca de Alagoas não seria diferente de outras partes do Brasil. Diversos crimes e penas foram aplicados de modo brutal aos escravizados como forma de controle e punição. Além do trabalho forçado que exerciam, com longas jornadas de trabalho em condições desumanas, outras atividades de grande violência física eram aplicadas a essa população.

Em sua tese, Luana Teixeira nos traz uma situação ocorrida na comarca. Em 1832, o filho de Maria da Anunciação, moradora do termo de Traipu, havia sido sequestrado “a troco de farinha” e “teve seu nome trocado”⁸. Após dez anos de procura, teve notícias de José, seu filho, que estaria morando em Anadia. O rapaz, que era de condição livre, tinha consciência de

⁷ O Fluminense. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1887, edição 1, 1887.

⁸ ACERVO DO FÓRUM DO PENEDO. Processo de manutenção de liberdade, apelante: Maria da Anunciação, 1842.

seu status e afirmava ser filho de Maria da Gaga da Barra do Panema. Contudo, não fugia por não saber os caminhos de volta pra casa. Em 1842, após “comer a refeição de Páscoa” de seu “senhor”, José, que na época era chamado de Filipe, foi castigado com 400 chicotadas. Segundo Teixeira, o castigo teria sido tão brutal que teria causado um pesar coletivo, com alguém chegando a escrever uma carta para a região em que sua mãe residia, no intuito de informar sua família (Teixeira, 2016).

Os escravizados eram frequentemente punidos com açoites e chicotes, muitas vezes em público, como forma de humilhação e exemplo para os outros. A tortura também era uma prática recorrente, que além dos açoites, sofriam com queimaduras, espancamentos, e até mesmo o “tronco”, onde eram submetidos e horas amarrados quando não espancados sem piedade.

Exemplos disso podem ser encontrados em outras comarcas, como mostrou Luiz Mott. Ao visitar o arquivo da Torre do Tombo em Portugal, deparou-se com documentação de finais do XVIII enviados da Bahia ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. De acordo com o autor, das 47 denúncias feitas a Garcia D’Ávila Pereira Aragão – fidalgo português e um dos maiores proprietários de escravos da Bahia –, 25 descreviam inúmeras torturas e castigos aplicadas. Delas, apenas nove não incluíam açoites rigorosos e prolongados, dentre outras práticas (Mott, 2010).

Restringir a mobilidade dessas pessoas não era algo incomum. Esses homens e mulheres eram impedidos de se locomoverem até mesmo dentro da propriedade em que viviam, pois poderiam fugir, sendo obrigados a viverem em senzalas apertadas, em condições insalubres e muitas vezes eram mal alimentados. Abusos psicológicos eram diários quando famílias eram separadas e vendidas, um dos mais frequentes era a violência de gênero contra as mulheres.

Isso pode ser atestado no caso da escravizada Benedita, que pertencia a Cláudio Pereira do Nascimento, senhor do engenho Pratagi que pertencia ao termo de Maceió. Através de um requerimento presente no Arquivo Público de Alagoas, temos acesso ao caso. Benedita, que encontrava-se recolhida na Casa de Detenção de Maceió, pois “havia fugido do engenho do suplicante, pelo fato de ser levemente castigada por faltas graves e insubordinações cometidas pela mesma escrava”. Por isso, pedia que fosse punida com “seis dúzias de bolos” antes de ser entregue de volta. O Chefe de Polícia, em despacho, pede informações ao subdelegado da capital e o exame de corpo de delitos. Interrogada, Benedita, que tinha seus vinte anos, informa que que havia viajado para vender bolos de Mandioca em Maceió, e ao voltar para o engenho, o senhor se viu inconformado e:

Amarrou-a pelos braços e a castigou. A seguir, sabendo estar a mesma com quatro meses ou mais de grávida, após o castigo “passou-lhe uma corda pela cintura, apertando-a com força, sendo o fim do arrocho para ter lugar o aborto”, esclarecendo que o dito senhor “sempre dissera, e continua a dizer, que ela respondente dando à luz não (criaria) ele a criança, porque é liberta pela lei”. (San’Anna, 1989, p.23)

Ao prosseguirem com os exames, os médicos encontraram variados ferimentos, entre eles de chicote e em várias partes do corpo: nádegas, costas e braços. Mesmo com o laudo, Benedita foi despachada, e após a cobrança de despesas de manutenção com a mesma, o administrador da Casa de Detenção efetua a entrega a Cláudio Pereira do Nascimento⁹.

Diversos relatos de abusos, violência de diversas formas são registras dentro desse período da escravidão em Alagoas. Um episódio bastante simbólico para exemplificar essas práticas em Alagoas, é o da “quebra das correntes”, quando em 1885 surge nas ruas do centro de Maceió, três escravizados com grossas correntes presas ao pescoço, são encontrados por Bonifácio Silveira que descreve o fato da seguinte forma:

Tinha acabado de varrer o interior da loja e estava varrendo a calçada, quando vi que, em direção a mim, vinha um negro com uma coleira de ferro ao pescoço, à ela estava ligado um pedaço também de ferro com um metro de comprimento, tendo na ponta um chocalho dos que se põem nos animais.

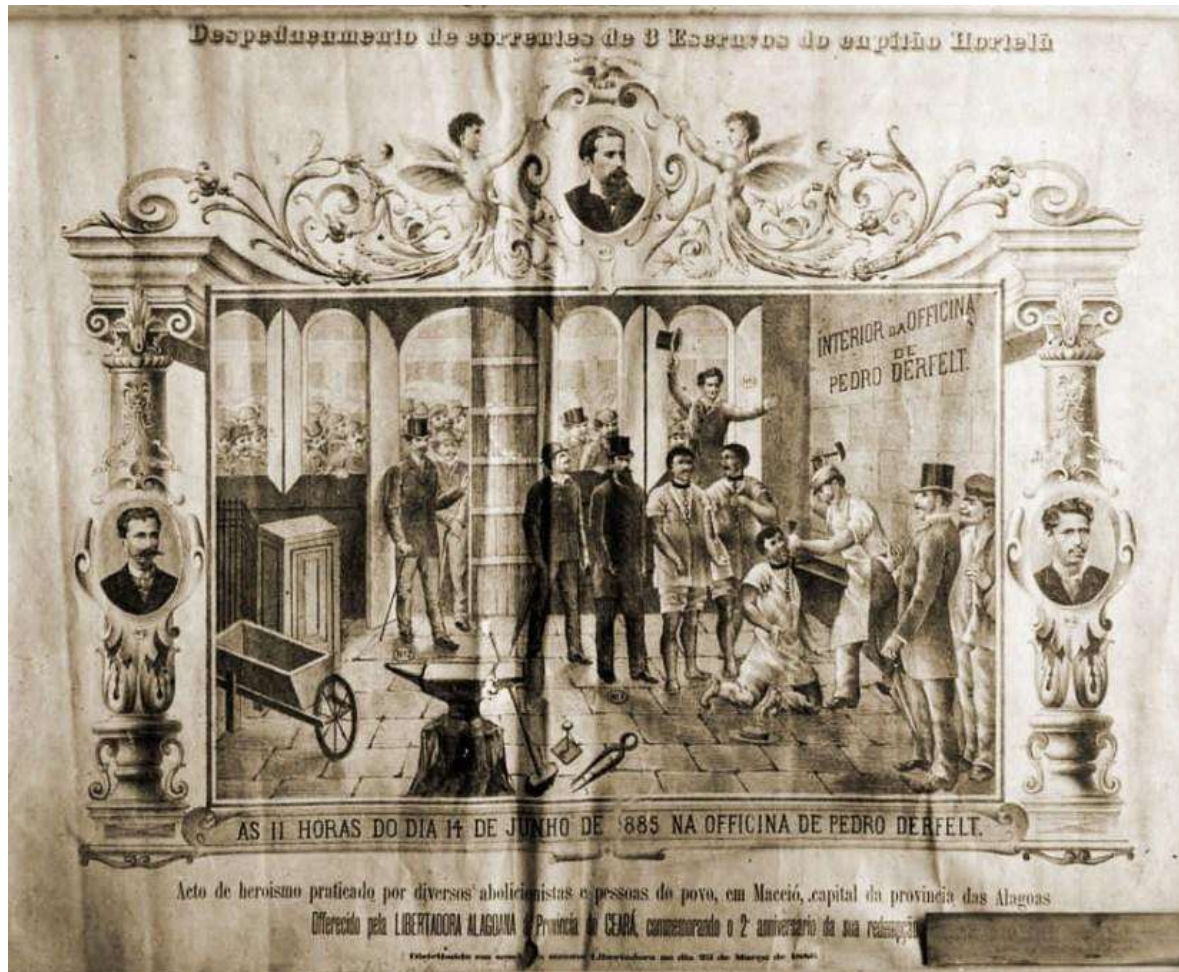
Fiquei de tal forma indignado que, abandonando a loja, peguei o negro pelo braço e saí gritando pelo Comércio afora, como um verdadeiro louco, até a porta do grande abolicionista Coronel Ricardo Brennand. Este chamou logo o coronel Domingos Lordsleen, coronel Francisco Domingues, Antônio Alves, o coronel Pedro Soares, coronel Lima Rocha, Lima Buarque e outros, de que já não me lembro, e fomos juntos à tenda do ferreiro Pedro Delfert, no beco de São José.

Lá chegando, o negro ajoelhou-se junto a uma bigorna, sendo cortada, com talhadeira de aço a mencionada coleira. Por este tempo estava aqui o heroico jangadeiro Nascimento, a quem o preto foi entregue, com a condição de ser levado para o Ceará, que já naquela época chamavam Terra da Luz.

Mediante esse ato dos membros que faziam parte da Sociedade Libertadora, os mesmos foram processados por roubo de escravos, acusados pelo proprietário do Engenho Hortelã, o senhor Jacintho Alves da Silva, que alegava que os escravos haviam fugido de castigo por terem atentado contra vida do feitor. Mesmo sendo processados, os abolicionistas iniciaram uma mobilização para a compra da liberdade dos escravizados que estavam sob proteção deles, em local desconhecido (Lima Júnior, 1974).

⁹ AUTOMENTO do corpo de delito feito na escrava Benedita; Auto de perguntas feita à preta Benedicta, datados de 16 abr. 1872; Requerimento de Cláudio Pereira do Nascimento, senhor do engenho Pratagi, de 19 de abr. 1872. Chefe de Polícia: Requerimentos. 1870/72, maço 93, est. 8, APA.

Figura 2: Quebra de correntes



Acervo fotográfico IHGAL. Instituto Histórico de Alagoas.

A imagem acima ilustra o episódio narrado. Nela podemos ver figuras como José Domingues Lordseelen, Ricardo Brennand, Joaquim Carlos de Vasconcelos Rego e Joaquim Araújo Lima Rocha juntos aos três escravizados que havia fugido do tronco. Mesmo com membros da Sociedade Libertadora Alagoana, os três acabaram sendo entregues de volta ao “Capitão Hortelã”.

A partir das situação descritas nesse capítulo, podemos afirmar que as práticas de crimes e de castigos sob essa população de pessoas escravizadas se davam de forma recorrente e violenta, sendo então um mito a defesa da existência de um “senhor bondoso” e dos maus tratos “suaves”. Desse modo, nos propomos a discutir a seguir um caso referente a essas bárbaras práticas, que ocorreu na vila de Assembleia, atual Viçosa.

CAPÍTULO III

4. OS ENGENHOS E ESCRAVIDÃO EM VIÇOSA

Em 1790, o então ouvidor José Mendonça de Matos Moreira, que posteriormente seria nomeado ao cargo de Conservador das Matas de Alagoas, determina que o agricultor Manuel Francisco estabelecesse residência no sítio Riacho do Meio, para que naquele espaço fosse desenvolvido a cultura de algodão. A região, que fica localizada na Zona da Mata, já era conhecida por suas terras férteis naquela época. Aos poucos, Francisco foi derrubando as matas e cultivando roçados onde atualmente encontra-se o centro da cidade de Viçosa. Com isso, foi atraindo moradores, que construíram pequenas casas. Dentre eles, descendentes de quilombolas, indígenas, e antigos moradores das vilas de Santa Luzia do Norte e Vila das Alagoas (atual Marechal Deodoro) (Brandão, 2005).

Com o passar do tempo, foi-se implementando também a cultura da cana-de-açúcar, que virou carro chefe da economia do povoado. É assim que em 13 de outubro de 1831 é publicado o decreto imperial que eleva o povoado Riacho do Meio a vila de Nova Assembleia, separando-a do território da vila de Atalaia (Diégues, 2006). Essa emancipação se dá a partir do desenvolvimento regional motivado pelas vendas do algodão e cana para outras localidades, das alçapremas que faziam rapadura, e é claro, dos engenhos de açúcar (Diégues, 2006).

Para Caio Vasconcelos (2023), esses cativos eram adquiridos em negociações com outras praças e eram levados para as propriedades através da Serra Dois Irmãos, conhecida pelas matas fechadas e difícil acesso. E continua Brandão:

O tráfego dos negros estava então em plena atividade, e portanto é muito natural que o Riacho do Meio [hoje Viçosa] não fizesse exceção aos demais lugares do Brasil. Os proprietários que dispunham de algum recurso, não mediam esforços para a compra de escravos, chegando a dar por um negro moço, até a quantia de um conto de reis, conforme se verifica em escrituras antigas (Brandão, 2005, p.46).

Segundo Sant'Ana (1970), em 1849 eram apenas 4 os banguês na região, aumentando para 32 em 1859, um crescimento de 700% em apenas uma década. Isso, certamente, se deveu a grande produtividade das terras e sua aceitação a produção da cana-de-açúcar. Em levantamento feito através de documentos do Arquivo Público de Alagoas, Vasconcelos

Sobrinho mostra que em 1859 a Vila de Assembleia contava com pelo menos 15 proprietários de escravizados¹⁰.

O engenho Bananal teria sido o primeiro a se instalar naquelas terras, fundado em 1836 pela família Carneiro da Cunha. Mais tarde, em 1840, chega o português José Martins Ferreira, e seis anos depois é erguido o Barro Branco por Pedro José da Cruz Brandão, o tronco dos Brandão em Viçosa.

É importante lembrar que a Zona da Mata e o Agreste alagoano viviam na época um bom momento comercial em meados do século XX, como atesta Teixeira (2016) em sua tese. A autora afirma que Maceió atuava como condutor para a produção de parte do Agreste e Zona da Mata, destacando-se os municípios de Assembleia, Santa Luzia do Norte, Alagoas, São Miguel, Pilar e Atalaia. Esses engenhos podem ser verificados na tabela abaixo:

Tabela 2: Lista de engenhos que produziam açúcar em assembleia no ano de 1852.

NOME	PROPRIETÁRIO
Baixa Funda	Pedro José da Cruz Brandão
Balsamo	Antonio Romualdo de Souza
Bananal	Quintiliano Vital dos Santos
Barro Branco	Pedro José da Cruz Brandão
Boa Hora	D. Germana Maria Barboza
Boa Sorte	José Martins Ferreira
Bom Socego	Affonso de Albuquerque Mello
Bom Sucesso	Antonio de Barros Souza
Brejo	Luiz Lucas Correia de Araujo
Cabeça de Boi	Francisco Rijo de Moraes
Caçamba	Luiz Florentino da Lyra
Caçamba	Manoel Fernandes de Aguiar
Carangueijo	João Costa de Albuquerque
Cassamba	José de Hollanda Cavalcanti
Cambui	Vicente Ferreira Rodas
Cassamba	João de Hollanda Cavalcanti
Conceição	Manoel de Moura de Cavalcanti
Gereba	Manoel Marques Padilha

¹⁰ ARQUIVO Público de Alagoas (APA). Livro de receita de taxas de escravos no ano financeiro de 1858 a 1859. Alagoas, 1859. Caixa 4216.

Meio	José de Hollanda Cavalcanti
Olhos d'Água	João Lopes Delgado
Paredões	Manoel de Farias Cabral
Poço Redondo	Maria de Araujo
Polvo	José Alves do Bonfim
Riachão	Agostinho Teixeira
Riachão	Anacleto Gonçalves
Riachão	José Alves de Barros
Riachão	Philippe José da Costa
Santo Antonio	Beilarmino de Hollanda Cavalcanti
Serra	Manoel Bezerra de Vasconcelos
Timbó	José Raymundo dos Santos
Toré	Joaquim José de Araujo
Tres Paus	Joaquim Pereira Ávila

Fonte: Viçosa das Alagoas, p.68.

Acima podemos observar que já existiam mais de trinta unidades produtivas em Assembleia, número que segundo Sant'Ana (1970) cai nos próximos sete anos¹¹. Na época a vila já contava com uma população superior a 9 mil pessoas, entre elas 800 escravos. Apesar de tudo, como dito anteriormente, pode-se atestar que essa produção nos engenhos assembleeses, assim como o de vários lugares de Alagoas não eram das melhores, sendo o açúcar alvo de constantes reclamações, “principalmente em virtude da grande quebra de peso, calculada entre 15 e 25%” (Sant'Ana, 1970, p. 290). Com a lei provincial de Inspeção do Açúcar, se estabelece uma classificação para verificar a condição do produto, que seriam recolhidos caso fossem introduzidos; “Neste gênero substâncias heterogêneas, mistura de uma qualidade com outra, e em geral qualquer dolo ou fraude manifesta que tenda a dar-lhe valor ou peso maior que o real e verdadeiro”¹². Dentre os fatores que contribuíam para essa inconstância em Alagoas, foi que os senhores não acompanharam o progresso técnico.

Na segunda tabela apresentada abaixo, podemos notar que os números de engenhos em Assembleia quase não tiveram alterações nas décadas seguintes, se comparada aos dados de 1852.

¹¹ Mapa demonstrativo dos engenhos de açúcar da província das Alagoas no ano de 1859. In: SANT'ANA, Moacir. Contribuições à História do Açúcar em Alagoas. 1970, pp.264-265.

¹² REGULAMENTO da Inspeção de assucar na Província das Alagoas em Jaraguá. Maceió, Tip. de J. S. da Silva Maia, 1850.

Tabela 3: Lista de engenhos que produziam açúcar em assembleia no ano de 1880

NOME	PROPRIETÁRIO
Baixa Funda	Caetano Donato Brandão
Bananal	Avelino de Oliveira Passos
Bananal	Quintiliano Vital dos Santos
Barra do Riachão	Aniceto Gonçalves de Oliveira
Barro Branco	Theoronio Torquato Brandão
Biquara	Joaquim José de Sant'Anna
Boa Alegria	José Martins Ferreira Puca
Boa Esperança	Firmino Rebello Torres Maia
Boa Hora	D. Germana Barboza Giquirí
Boa Sorte	José Martins Ferreira
Bom Jesus	Manoel Theotonio de Albuquerque
Brejo	D. Carolina Leopoldina de Farias
Cachoeira	Pedro da Silva Dias
Comboim	Vicente Ferreira do Nascimento Rodas
Conceição	Christovão de Gollanda Cavalcante
Conceição	Manoel Barbosa de Amorim
Cassambinha	Tertuliano de Hollanda Cavalcante
Firmeza	José Alves Paes do Bomfim
Flor das Serras	Theotonio de Santa Cruz Oliveira
Gereba	Adrião Pereira da Silva
Ingazeira	D. Maria Barbosa de Jezus Brandão
Matta Limpa	Isidro Athanasio de Vasconcellos Teixeira
Olhos d'Água	Antonio de Barros Silva
Pedra de Fogo	Lourenço José da Silva
Riachão	Theotonio de Santa Cruz Oliveira
Rosario	Manoel Marques Padilha
São Jeronymo	Antonio Roberto de Almeida
São João	João de Hollanda Cavalcante
Santa Luzia	Theotonio de Santa Cruz Oliveira
Timbó	José Raymundo dos Santos
Toré	D. Thereza Maria de Jezus
União	José de Hollanda Cavalcante e Albuquerque

Fonte: Almanak da Provincia das Alagoas (AL), 1880.¹³

¹³ Obs: O engenho de Francisco de Paula Brennand, que consta no documento de 1886, publicado pelo Caio no Arquivo Digital, chamado São Francisco, ainda não consta no Almanak.

Com isso, a situação desses homens não era das melhores, apesar de estarem no topo da hierarquia social, de terem o controle das terras e da mão de obra escravizada e livre. Os senhores lutaram diversas vezes para que seus bens continuassem em suas mãos, criando estratégias e mobilizações. Dentre elas estava a Mesa de Inspeção do Açúcar, órgão que lutava pelas causas desses homens, criando em 1751 uma proposta moratória que os beneficiava. A disposição alegava o prazo de isenção de 5 anos para o pagamento dos valores a Coroa, o que daria tempo para uma organização melhor das finanças e para a compra de mão de obra (Moraes, 2021).

Sendo essa situação precária e o endividamento crônico, a mudança nas leis contra a escravidão na segunda metade do XIX geraram grande impacto para os senhores de engenho, dado que os escravizados eram considerados propriedades privadas e uma mão de obra cara.

A alforria em Assembleia tinha, em grande parte, caráter comercial, e não o de benevolência. Os altos valores podem ser verificados. Até 1875, 10 escravizados conseguiram a liberdade na vila, destes apenas 3 não prestaram serviços, os outros 7 tendo que pagar valores que chegaram a \$1.500.000 réis (Silva, 2017). Os valores altos das alforrias na localidade deixam claro que os senhores de engenho buscavam contornar um possível desfalque econômico com a perda de seus trabalhadores, tentando ganhar de volta o valor gasto em sua compra.

Essa situação, é claro, poderia ser verificada em outras localidades da província. Em trecho publicado no jornal *Orbe*, intitulado *Libertadores do alheio*, podemos constatar a resistência desses senhores ao movimento abolicionista, a “luta” pelo direito ao castigo e à propriedade, e o desgosto a uma possível libertação de seus escravizados, principalmente no que se refere aos abolicionistas e falta de indenização monetária pelos valores pagos nas transações de compra:

Como assinante do Gutenberg sempre estou lendo acusações aos senhores de escravos por castigos impostos aqueles; e como ainda possuo 21 por justos e legais títulos, que as leis deste país prometem garantir, e estou vendo que além de serem os agricultores acusados injustamente, (...) resolvi enfrentar com as iras dos libertadores do alheio, para dizer alguma coisa em defesa de nos outros senhores de escravos. Conheço alguns senhores rigorosos, porém por quê? Haverá bom mestre para discípulo ruim? (...) Serei bom senhor para o meu escravo José, que esteve fugido três anos, pode ser apreendido, e não lhe mandei castigar; porém desde 30 de julho do ano passado tornou a fugir; e se pegar esse vadio, e o mandar castigar, serei ruim e perverso? Haverá bom senhor para o escravo? (...) Escravos vadios, fofões ladrões não se castigam? De onde vieram esses entes privilegiados? Em que fica o direito do senhor?¹⁴

¹⁴ *Orbe*. Maceió, 22 de abril de 1887, p. 4, 1887

Os trechos acima foram retirados da carta assinada por Antonio Qualter de Araujo Peixoto, proprietário do Engenho Cobra de T. Bento, localizado às margens do rio Meirim, próximo a Maceió. Nele podemos ver o quão violento era o regime, mesmo em um período que demonstrava claro enfraquecimento perto da abolição. A argumentação é que, sendo esses homens uma propriedade privada, é de direito dos senhores a imposição de castigos físicos para a disciplina e manutenção da ordem e hierarquia de poder. Nele segue:

Se se recorre a polícia, esta recusa-se sequer recolher a cadeia pública para ter ali escravos por castigo em trabalho, a cadeia não é para escravos; se o senhor castiga, o senhor é bárbaro! Então o que se deve fazer? Deixar que um escravo viciado corrompa uma fábrica, e seja senhor do senhor? Com que pagar o senhor os suprimentos que recebe do comércio para sustentar sua lavoura, se não com trabalho dos seus escravos? E se o escravo não quer trabalhar, o que deve fazer o senhor - ser escravo do seu escravo? Há quem possa suportar as malversações um péssimo escravo, sem castigá-lo, para ele temer e trabalhar?¹⁵

Ao expor seus questionamentos, fica claro que para esses senhores de engenho, suas propriedades eram intrinsecamente ligadas com o trabalho escravo. Sem ele, a propriedade e produção agrícola não existiriam. O fim desse sistema seria também o fim de suas propriedades. Desta forma, o poder deveria ser exercido para que a manutenção da estrutura continuasse a mesma, visto também que esses eram um direito:

Eu herdei e comprei escravos. São instrumentos do meu trabalho, tenho direitos sobre eles; ei de castigar os que merecerem, e quando quiseram abram-me processos. Maceió está se tornando outra vez o convívio de escravos fugidos: a polícia fraca tem medo dos Libertadores, que são os maiores criminosos, e especuladores dessa indústria moderna de alforriar o alheio sem despendar, sem indenizar o senhor. (...) Quem está na cidade tem lá o seu regulamento de criados, porém quem estar por estes matos o que regula é casa senhor ser enérgico e vigilante com os seus escravos; e enquanto a condição deles é esta, é preciso não se estabelecer o que se está sofrendo, porquanto os escravos já não temem, e açulados pelos tais caridosos abolicionistas vivem remissos ao trabalho, e ameaçando os senhores que irão para Maceió, onde cada abolicionista tem o seu núcleo de escravos fugidos trabalhando para eles; e o senhor que sofra, porque a polícia fraca tem medo dos abolicionistas, sem dúvida pelas mazelas que tem; de sorte que hoje quem é escravo, tem mais garantias, é mais protegido do que os senhores. Quanto a mim declarou que o abolicionista que vier a minha propriedade seduzir os meus escravos, eu o amarro, e remeto preso para as autoridades; e na minha propriedade e te dar um castigo justo ao meu escravo que de linguíça pela preguiça e pela fuga, já que a polícia abolicionista presa mais a humanidade de um escravo ruim, do que os direitos dos senhores, que trabalha para sustenta-lo, e pagar tributos sem contar com garantias. Se porém os abolicionistas se

¹⁵ Idem.

doerem da sorte do cativo dos meus escravos, - Puxem pelo dinheiro e venham indenizar-me, e levem-nos, certo de que o que se atrever a seduziu o escravo meu, vou buscá-lo onde o esconder¹⁶

Outro fator que podemos levar em consideração, é a tentativa de impedimento da compra dessa liberdade. Segundo Silva (2017), o sentimento de caridade não era tão comum em Assembleia, o que fizera o traço econômico da alforria ser a característica mais marcante. O certo incômodo desses senhores com o movimento abolicionista pode ser notado. Desta forma, não seria absurdo pensar que os valores eram mais um mecanismo de controle.

Contudo, os preços não foram um empecilho para que esses homens e mulheres conseguissem sua libertação. Apesar da cana de açúcar ter sido o carro chefe da economia assembleense, não era apenas ele o produto produzido, sendo a mandioca e o algodão (Sant'Ana, 1970) cultivados, em maioria, como cultura de subsistência, mas também para a comercialização. Esse provavelmente foi o fator decisivo para que o pecúlio fosse conseguido e a liberdade conquistada.

4.1 O CASO DO CORONEL FIRMINO MAIA E OS MAUS TRATOS NO JORNAL

Lendo mais a fundo sobre Viçosa cheguei a um nome interessante, o de Alfredo Brandão. Nascido na antiga vila de Assembleia no ano de 1874, 14 anos antes da abolição, Brandão era filho de Teotônio Torquato Brandão, presidente da câmara municipal e capitão do 3º batalhão de infantaria de Assembleia, e de Francisca de Barros Loureiro Brandão, ambos os proprietários do engenho Barro Branco. Iniciou sua formação primária em escolas particulares de Viçosa e Maceió, tendo mais tarde se formado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1902. Acabou entrando para o exército e serviu como médico militar em vários estados, como na expedição Rondon em Mato Grosso, no Paraná, Distrito Federal, entre outros, alcançando patente de tenente coronel. Já como intelectual e escritor, produziu trabalhos literários e científicos, o que lhe levou ao cargo de sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL em 30 de abril de 1937¹⁷.

Muito do que se é dito e ensinado no município em escolas de fundamental 1, tem como base esse trabalho para falar sobre a cidade, pois ele toca em diversos aspectos desde os

¹⁶ Idem.

¹⁷ Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, Volume XXIII. Ano 1944, pp. 113-115.

primórdios da localidade, como geografia, fauna, flora, lendas, história, cotidiano e escravidão. Ainda é possível escutar pedagogos afirmando coisas desse livro, inclusive “escravidão não foi tão ruim aqui”, como já mostrado no início desse trabalho.

O que é interessante de se destacar, é que Alfredo era um Brandão, fazia parte de uma das famílias mais poderosas e influentes da região. A família era dona de um dos engenhos mais produtivos, o de Barro Branco. Ou seja, é pouco provável que fosse falar sobre algo que poderia botar sua família em maus lençóis. Tendo essas afirmações em mente, me voltei a procurar fontes – e aqui destaco os jornais – para verificar algo que contrapunham essa narrativa que foi sendo perpetuada ao longo do tempo.

Sendo objetos que estiveram presentes na vida social nos últimos séculos, foi apenas nas últimas décadas que os historiadores passaram a se aproximar dos jornais como fontes históricas. Capaz de oferecer informações, discursos que permeavam uma época e indícios para analisar uma sociedade, foi a partir desse tipo de documentação que cheguei a um nome ligado a história de Viçosa.

Firmino Rebelo Torres Maia. Era assim que se chamava o então tenente-coronel da vila de Assembleia. Figura marcada na história do município, tendo a principal avenida do município seu nome, homenagem que permanece até os dias atuais. Firmino nasceu naquelas terras, no engenho Boa Esperança, no ano de 1836, local onde atualmente podemos encontrar o município de Chã Preta.

Na época o território fazia parte do que compunha a extensão da Vila Nova de Assembleia, que no mesmo ano havia sido elevada à categoria de vila através do decreto imperial de 1831, e mais tarde a freguesia¹⁸.

Decreto de 13 de outubro de 1831. Crêa as vilas de Imperatriz e Assembléia. A regência, em nome do Imperador, o senhor Dom Pedro Segundo, há por bem sancionar, e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província das Alagoas.

Art.1º Ficão creadas duas villas desmembradas da villa de Atalaia, uma [...] Outra ao norte do rio Parahyba e no lugar do Riacho do Meio; sua capital a povoação do mesmo nome; seu território o comprehendido nas povoações Riacho do Meio – Loureço – Passage – Quebrangulo – Cassamba e Limoeiro – comprehendendo os juizes de paz das capelas filiaes das mencionadas povoações, sua denominação – Villa Nova da Assembléa.

¹⁸ Resolução provincial n.8 de 10 de abril de 1885, que transforma em freguesia: “Resolução número 8 de 10 de abril de 1885. Sancionada pelo presidente José Joaquim Machado de Oliveira. Art. 1.º ficam criadas as freguesias as capelas de Santa Maria Madalena na vila da Imperatriz e do Senhor do Bonfim na vila de Assembleia. Art. 2.º Os termos dessas freguesias serão atualmente marcados para as câmaras municipais respectivas. Art. 3.º. Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrário. Desta Secretaria do Governo foi publicada a presente resolução em 1º de junho de 1835. Francisco Manoel Martins Ramos.

Art.2º A Cruz de S. Miguel ao Oeste divide as duas villas novamente creadas, e o termo da villa de Atalaia chegará até onde principiam as quebradas das Serras dos Dois Irmãos e Bananal, em cujo princípio das quebradas é a sua divisão, e separação do termo da Villa Nova de Assembléa..

Como dito acima, acreditamos que essas promoções se deveram ao progresso econômico e populacional da localidade. Além do açúcar, outras variedades agrícolas também foram ganhando destaque, e a população assembleense crescera de forma rápida pela fama de suas terras férteis. Posto isso, nós voltamos a dois jornais específicos em nossa pesquisa. Ambos divergentes em suas funções e políticas no que diz respeito a a escravatura no país, especificamente em Alagoas.

O *Gutenberg*, conhecido também como órgão da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos teve sua origem em 8 de janeiro de 1881, e foi inicialmente dirigido por figuras como Pedro Nolasco Maciel, Carlos Rodrigues e Antônio Alves, e circulou até o ano de 1911. O órgão participou de duas importantes campanhas em seus tempos de publicação: do movimento abolicionista e a campanha pela república (Sant’Ana, 1987).

Para passar do discurso à prática, os abolicionistas se inspiraram no repertório estrangeiro, mas com adaptações ao contexto nacional. Enquanto anglo-americanos tinham difundido o abolicionismo nas capelas, no Brasil a união entre Igreja e Estado escravista obrigou-os a buscar outro espaço para os eventos de persuasão da opinião pública. Apossaram-se dos teatros e, assim, poemas e óperas, como *Aida*, deram o tom da propaganda. Essa teatralização da política acelerou a deslegitimação do cativo e atraiu adeptos para o abolicionismo.¹⁹

Em contrapartida temos O *Orbe*, que no decorrer das campanhas abolicionistas em Alagoas teria tomado parte daqueles que se sentiam lesados e ofendidos com o movimento. Segundo Ricardo Alves (2019), o jornal pertenceu a José Leocárdio Ferreira Soares, que também era editor na Tipografia Mercantil.

O regime já apresentava claros sinais de esgotamento desde a primeira metade do XIX, mesmo o Brasil ainda sendo uma nação altamente escravista. Antes da abolição da escravidão no Brasil, em 1888, podemos verificar uma mudança pungente nas denúncias e posicionamentos em alguns jornais alagoanos de cunho liberal, como a que veremos a no próximo tópico.

¹⁹ Flores, votos e balas – O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). Companhia das Letras; 1ª edição 2015.

4.2 OS MAUS TRATOS NO ENGENHO BOA ESPERANÇA

No dia 26 de maio de 1887, em sua edição de nº 116, o *Gutenberg* faz a publicação de uma denúncia em sua coluna “*scenas da escravidão*”, relatando “um fato monstruoso” em Assembleia. No engenho Boa Esperança:

[...] do tenente-coronel Firmino Rabello Torres Maia, está sendo assassinado, aos poucos, um pobre mulato, que a nove dias é surrado barbara e severamente! Asseveram-nos que aquele desgraçado já não tem carne nas partes onde hoje labora o bacalhau nos ossos descobertos. Não tem nome uma crueldade horroriza, a simples leitura! ... O senhor tenente-coronel Firmino Maia – é delegado do termo de Assembleia!²⁰.

O relato acima assemelha-se muito a uma novena²¹, um dos castigos físicos exemplares mais aplicado, e que culminava frequentemente à morte. Esses açoites eram aplicados em situações extremas, como fuga ou rebeldia por parte dos escravizados. O castigo era um dos mecanismos de controle empregados pelos senhores para propagar terror e gerar obediência, e fazia parte do cotidiano da escravidão no Brasil.

Firmino Maia, além de senhor do engenho Boa Esperança, era delegado do termo, um homem muito poderoso na região. Pertenceu ao partido Democrata, tendo sido eleito diversas vezes a vereador da câmara municipal, mais tarde chegando ao cargo de presidente da câmara e Juiz de Paz e Juiz de Direito Substituto. Respeitado por muitos, principalmente após ter enfrentado revoltosos do Quebra Quilos, chegou a ser presenteado com uma nomeação Oficial da Ordem da Rosa.

Ao longo das semanas seguintes, o *Gutenberg* irá publicar mais três colunas referentes ao ocorrido, entrando em um embate discursivo com o *Orbe*, jornal conservador que chega a defender Firmino das acusações:

O Gutenberg de ontem, sob a epígrafe *scenas da escravidão* diz que no engenho Boa Esperança, do tenente-coronel Firmino Rabello Torres Maia está sendo assassinado aos poucos um pobre mulato, que a nove dias é surrado barbara e severamente! Conhecemos muito de perto aquele nosso amigo distinto, para desde já afirmar ao contemporâneo, que é falsa a informação que o animou a denúncia de semelhante fato. A boa educação e caráter do tenente-coronel Firmino, e mesmo a lhaneza com que sabe tratar ele a seus escravos opõem séria contestação a denúncia formulada pelo Gutenberg. Aguarde o público a palavra do nosso respeitável amigo, que não se

²⁰ Gutenberg. Maceió, 26 de maio de 1887, ano VI, nº 114, 1887.

²¹ As novenas foram castigos de açoites públicos, onde os escravizados considerados insubordinados eram amarrados e tinham suas peles dilaceradas pelo chicote de couro ao longo de nove dias seguidos. Também existiam as “trezenas”, no qual essas pessoas eram submetidas a castigos durante treze dias. Sobre isso: SANT’ANA, Moacir. Mito da Escravidão. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1989, p.29.

demorará em vir a imprensa esmagar essa víbora que tenta envenenar o seu nobre caráter. E fique certo o contemporâneo que conhecemos o alcance de sua oficiosa insinuação quando no local a que nos referimos lembra a administração da província que o nosso honrado amigo, o senhor tenente-coronel Firmino é delegado do termo de Assembleia.²²

É interessante notar que ao negar os acontecimentos, o periódico apela para a reputação do acusado, destacando que “a boa educação e caráter” do tenente seriam razões o suficiente para provar que o que havia sido noticiado não passava de uma farsa – estratégia muito utilizada por senhores de engenhos que eram acusados de castigos extremos. Sendo assim, é lançada outra publicação no dia 28 daquele mesmo mês:

Sob esta epigrafe referimos aqui o que nos consta tem feito o senhor Firmino Maia, em Assembleia, com um mulato, escravizado. Em favor daquele cidadão acode o Orbe de ontem afirmando que é falsa a informação que nos deram acerca. Estimaremos que assim seja, pois até o presente nunca ouvimos boquejar na reputação e no caráter daquele cidadão. Desejamos, porém, que o amigo nos confutasse com qualquer outra prova, que não a contestação do senhor Firmino Maia, pois o contemporâneo espera, caso seja infelizmente verdade o que denunciemos, que o senhor Firmino Maia venha a público confessar o fato? Não vem e por duas razões, cada uma mais de respeitar: seria, primeiro, afrontar a opinião pública. Seria, depois, vir colocar-se, heroica mas tolamente, debaixo da ação penal do código criminal. [...]Falamos em ser o senhor Firmino Maia delegado da Assembleia para acentuar a gravidade do fato, se verdadeiro. Pois quando um ato qualquer é proibido ao simples cidadão, por daninho a ordem pública, e ofensivo aos interesses da comunhão social, esse ato agrava-se e sobre de importância quando seu agente é uma autoridade, que tem por seu primeiro dever manter a ordem e fazer respeitar os interesses sociais. Aquela notícia, saiba mais – contemporâneo, foi-nos transmitida por uma pessoa dali e recebemo-la em carta pelo correio de trasanteontem. Se o fato não é verdadeiro, nossos parabéns ao senhor-coronel Firmino Maia. Se, porém, desgraçadamente ele se deu – que o senhor presidente e o senhor Dr. Chefe de polícia cumpram o seu dever, em homenagem à opinião e a lei. A justiça não tem olhos e diante de sua ação todos os criminosos são iguais.²³

A contestação vem de forma direta, ao destacar que o acusado não iria produzir provas contra si mesmo, e chegam a afirmar que os relatos vieram de fontes seguras, alguns populares que viviam no local. No próximo exemplar, dia 29, o periódico pede provas concretas de que o espancamento não ocorreu:

Sobre o senhor Firmino Maia de Assembleia já respondemos ontem: Sobre coisas daquela Atalaia maravilhosa, fantástica, noveleira, etc nada se sabe ao certo, nem nós o sabemos, nem o sabe o contemporâneo, que não pode dizer – porque não pode provar – que o delegado de polícia do Pilar houvesse mandado desmentir, ou negar a verdade dos boatos aqui derramados na circulação. O que o colega pode avançar e nós

²² O Orbe. Maceió, 27 de maio de 1887, edição 59, 1887.

²³ Gutenberg. Maceió, 28 de maio de 1887, ano VI, nº 116, 1887.

aceitamos é que: o delegado de polícia do Pilar mandou dizer que *ele não se sabia nada acerca*. Declarar não saber, ignorar uma coisa, não é negá-la. Fazemos votos porque nada houvesse, mas não nos aventuramos a afirmar que nada houve.²⁴

É então que quase uma semana depois, um pequeno enunciado aparece na edição do *Orbe* do dia 05 de junho. Intitulada A Pedido, Firmino Maia vem à público manifestar-se em sua defesa:

O Gutenberg, de 26 de maio deste ano, em uma local que traz o nome acima diz que em meu engenho está sendo assassinado aos poucos um pobre mulato, etc. Para dar resposta satisfatória e tornar bem patente a inexatidão do articulista, preciso é que seja indicado o nome: desse mulato, a que alude a falada publicação, depois do que voltarei a imprensa, e espero provar a inverdade de tal notícia. Maceió, 04 de junho de 1887. Firmino Rabello de Torres Maia.²⁵

Na última publicação que tivemos acesso sobre o caso, o *Gutenberg* contrapõe as afirmações do tenente-coronel, salientando a defesa de seu caso em outro periódico e afirmando que os fatos apresentados até o presente momento não são concretos o suficiente, apontando as contradições nos relatos:

A negativa do s.r. Tenente-coronel não é bastante; as afirmativas do réu não são prova em seu favor, desde que a máxima jurídica, aceita por todos os juristas, - *ext possib viveri demens, qui confiteor de se*. Depois há uma contradição do se. Tenente-coronel, que põe por terra toda importância, que a melhor vontade quisesse atribuir a sua defesa. Do mesmo passo que avança o s.r. Tenente-coronel – que não pode dar resposta positiva, porque na local de nº 114 do *Gutenberg* não foi apontado o nome do escravo a que se aludia ali; exhibe um documento, onde o s.r. Joaquim José de Almeida responde *precisamente sobre o mulato Luiz*, DE QUE TRATA A PETIÇÃO sobre que atestou!²⁶

No trecho acima podemos notar que o delegado de Assembleia solicitou que seu hospede, Joaquim José de Almeida, atestasse o bom estado de saúde do escravizado mencionando nos relatos publicados em ambos os jornais, hospede este que estaria em sua propriedade. No documento, que aparentemente veio à público, aparece o nome de um escravo: Luiz. No trecho abaixo, segue apontando as contradições:

Se o s.r. Tenente-coronel Firmino Maia não pode responder *precisamente* a acusação feita pelo *Gutenberg*, porque ele não declinou o nome do escravo, de que ali tratava. Como é que o s. s. acerta logo de pedir atestado sobre o mulato Luiz? Que tinha de especial aquele escravo Luiz que levou-o a *supor* que era dele que tratava o

²⁴ Gutenberg. Maceió, 29 de maio de 1887, ano VI, nº 117, 1887.

²⁵ O Orbe. Maceió, 05 de junho de 1887, ano IV, nº 63, 1887.

²⁶ Gutenberg. Maceió, 16 de junho de 1887, ano VI, nº 131, 1887.

Gutenberg? E o tal atestado é fornecido por um hospede do s.r. Tenente-coronel (dilo ele em seu ofício), o qual não diz que houvesse procedido a exame algum, limitando-se a afirmar, apenas, que o mulato Luiz *mostrava achar-se satisfeito!* E esta defesa é tão procedente e aceitável que o s.r. Dr. Chefe de polícia enviando-a a apreciação de s. exe., o sv. Presidente da província, falou de um modo tão acanhado e seco, que bem se pode traduzir: “exm. Ai vai essa história do Firmino. Se v. excl. Quiser acreditar nela, eu ponho-a de quarentena, porque fiquei na mesma, se não pior.”²⁷

Os acontecimentos acima narrados acabaram atravessando a província, chegando a ser publicado no periódico *O Paiz*, do Rio de Janeiro, ainda no mês de junho daquele ano²⁸. A reportagem aponta os “horrorosos atentados contra as pessoas de pobre cativo”, e clamam pela atenção do governo.

A violência também era presente na vila, como atesta Caio Júlio Vasconcelos em seu livro *História Política de Viçosa*. Nele temos acesso a um documento obituário da escravizada (fulana), no qual descreve as marcas de açoite em todo seu corpo.

²⁷ Idem.

²⁸ O Paiz. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1887, ano IV, nº 981, 1887.

5. CONCLUSÃO

Inserido no campo da história social e através desse trabalho de revisão historiográfica, pudemos observar, em pequena escala, como ocorreram os processos da formação e construção da escravidão e as unidades produtivas agrárias, conhecidas como engenhos. Nele, destacamos como se deram na província de Alagoas, especificamente na Vila de Assembleia, atual Viçosa.

No primeiro capítulo pudemos ver um pouco sobre a criação dos engenhos e do que mais tarde seria conhecido como *plantations*, levando em conta os aspectos produtivos, comerciais e sociais. Também vimos como se desenvolveram em Alagoas, dando foco também nos aspectos ligados a escravidão.

No segundo capítulo discutimos sobre a escravidão, dando foco a uma perspectiva nacional. Nele mostramos os debates historiográficos a partir de autores conceituados e as várias perspectivas discutidas através das décadas no Brasil. Também abordamos ela a partir de uma perspectiva atlântica, fundamental para o entendimento desse processo. Não se pode excluir África ao estudar escravidão no continente americano. Por último, temos uma breve exposição sobre crimes e castigos mais comuns.

No terceiro e último capítulo, tratamos o que foi proposto ao iniciar a pesquisa: a escravidão e as narrativas perpetuadas sobre a história de Viçosa, no qual discutimos o caso do escravizado Luiz, sua ligação com Firmino Maia e o papel dos periódicos na construção de narrativas.

Ao contrapor dados e discursos que foram perpetuados ao longo do tempo, pudemos constatar que, apesar das negações por parte de Alfredo Brandão e da considerada elite intelectual de Viçosa, as práticas escravagistas na Vila de Assembleia eram severas como nos outros locais do império. Enfatizamos também o papel de importância dos periódicos que denunciavam as barbaras práticas que os homens e mulheres escravizados eram impostos na província de Alagoas, dentre eles o jornal *Gutenberg*. Foi a partir dessas fontes publicadas que pudemos ter acesso a uma parte da história de Viçosa que foi negada por muitas décadas por filhos de uma elite que também fazia parte desse regime.

A pesquisa, de forma alguma esgota esse tema. Não faltam fontes, e sim acesso a elas. Grande parte da documentação relacionadas a temática está em arquivos privados. De qualquer modo, espero ter trazido uma contribuição aos debates sobre a história de meu município e sobre a escravidão no século XIX.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. C. Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c. 1724-c.1752). *História* (São Paulo), v. 37, 2018.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANCHIETA, José. **Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)**. São Paulo: Obelisco, 1964.

BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa das Alagoas: o município e a cidade: notas históricas, geográficas e archeológicas**. Org. Instituto José Bonifácio – Ed. Fac-similar. – São Paulo: Plátano Comunicação, 2005.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP. 1988.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. 6ª ed. – Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

CASTILHO, F. F. de A., & ALVES, D. dos S. **O final do escravismo na imprensa alagoana: os abolicionistas de Maceió e a resistência proprietária em O Orbe**. *Global Dialogue*, 6(1), 2023.

COSTA, S. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 29. n. 3. Setembro/Dezembro 2014.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Deus ou Diabo nas Terras do Açúcar: o senhor de engenho na América portuguesa**. In: *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Mary Del Priore. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional**. – 3ª ed. – Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006

FERREIRA, Roquinaldo. **África durante o comércio negreiro**. In: SCHWARCZ, L.M & GOMES, F. (orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Cia das Letras. 2018.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo. 2016.

GUIMARÃES, Mateus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as Capitanias do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760)**.

Tese – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.

HERBERT S., Klein. **O Tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2004

História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos. Org.: Danilo Luiz Marques, Gian Carlo de Melo Silva. Luana Teixeira... [et al.]. – Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

LIMA JR., Felix. **Escravidão em Alagoas**. Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura: Maceió, 1974.

LINDOSO, **O espírito e a contradição**. In: Fundação Casa de Penedo (org.) Elysio de Carvalho – Ensaio. P.267-271, Brasília: UCB, 1997.

LINEBAUGH, P. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, p. 32. setembro de 1983;

LISBOA, B. Engenhos, açúcares e negócios na Capitania de Pernambuco (c.1655– c.1750). In: Revista Clio, 2014.

MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX**. Editora Vozes; 1ª edição, 2016, 42.

MELO, Alfredo. **Saudosismo e crítica social em Casa grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia**. Vozes do Nordeste, Estud. av. 23 (67), 2009

MELO, Filipe Matheus Marinho de. **Que negros somos nós? Africanos no Recife, século XVIII. Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

MILLER, J. C. O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos. Afro-Ásia, Salvador, n. 19-20, 1997.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar da capitania de Pernambuco: Conflitos e direitos de propriedade, América portuguesa, século XVIII**. In: Historia Agraria, 83 ■ Abril 2021

MOTT, L. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000

REIS, J. J. A greve negra de 1857 na Bahia. Revista USP, (18), 1993.

SANT'ANA, Moacir. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar – IAA, 1970.

_____. **História da Imprensa em Alagoas (1831-1981)**. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1987.

_____. **Mitos da Escravidão**. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1989.

SANTOS, Ricardo Alves da Silva. **Abolicionismo e trabalho juridicamente livre: um olhar sobre a história social do trabalho em Alagoas (segunda metade do século XIX)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Alagoas – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.

SILVA, G. C. de M. A presença de Africanos em Pernambuco: aspectos sobre escravidão, família e sociedade no período colonial – séculos XVI ao XIX. Revista Ultramares, Nº 3, Volume 1, Jan-Jul, 2013.

SILVA, K. Fidalgos, capitães e senhores de engenho o Humanismo, o Barroco e o diálogo cultural entre Castela e a sociedade açucareira (Pernambuco, séculos XVI e XVII). In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.235-257, jan/jun 2012.

SILVA, Welington José Gomes da. **A liberdade requer limites: o fundo de emancipação e a liberdade na província de Alagoas. (1871 – 1886)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Alagoas – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2017.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH: Recife, 2016.

VASCONCELOS SOBRINHO, Julio Caio Cesar Rodrigues. **Escravidão em Viçosa: um roteiro histórico**. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em História de Alagoas, Instituto Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método**. 2010.